

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE - UNIVALE
MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

CRISTIANE AFONSO SOARES SILVA

**A MIGRAÇÃO INTRAESTADUAL EM MINAS GERAIS: OS
FLUXOS MIGRATÓRIOS ENTRE POTÉ E NOVA SERRANA.**

GOVERNADOR VALADARES

2016

CRISTIANE AFONSO SOARES SILVA

**A MIGRAÇÃO INTRAESTADUAL EM MINAS GERAIS: OS
FLUXOS MIGRATÓRIOS ENTRE POTÉ E NOVA SERRANA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos.

GOVERNADOR VALADARES

2016

Silva, Cristiane Afonso Soares.

A migração intraestadual em Minas Gerais: os fluxos migratórios entre Poté e Nova Serrana. Cristiane Afonso Soares Silva. – Governador Valadares: Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE, 2016.

76 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE, Governador Valadares, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos.

Maria José Pereira Cordeiro CRB/6 - 1945

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – NEHT/Univale
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

CRISTIANE AFONSO SOARES SILVA

“A MIGRAÇÃO INTRAESTADUAL EM MINAS GERAIS: OS FLUXOS
MIGRATÓRIOS ENTRE POTÉ E NOVA SERRANA”

Dissertação aprovada em 24 de
fevereiro de 2016, pela banca
examinadora com a seguinte
composição:



Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos
Orientador - Universidade Vale do Rio Doce



Prof.ª Dr.ª Sueli Siqueira
Examinadora – Universidade Vale do Rio Doce



Prof. Dr. Márcio Achtschin Santos
Examinador - Universidade Federal do Vale Jequitinhonha e Mucuri

CRISTIANE AFONSO SOARES SILVA

**A MIGRAÇÃO INTRAESTADUAL EM MINAS GERAIS: OS FLUXOS
MIGRATÓRIOS ENTRE POTÉ E NOVA SERRANA.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Gestão Integrada do Território.

Governador Valadares,

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos (Orientador)
Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE

Prof^a. Dr^a. Sueli Siqueira
Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE

Prof. Dr. Márcio Achtschin Santos
Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

AGRADECIMENTOS

- A Deus, por me amparar nos momentos difíceis, dando-me força interior para superar as dificuldades, mostrando-me os caminhos nas horas incertas e suprindo todas as minhas necessidades.
- Ao meu orientador Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos, por acreditar em mim, mostrando-me o caminho da ciência e, sobretudo, por fazer parte da minha vida acadêmica, acompanhando-me nos momentos bons e ruins! Obrigada Mauro, por ser, para mim, exemplo de profissional!
- Ao meu marido e ao meu filho, a quem amo muito, pelo carinho, paciência e incentivo.
- Aos amigos que fizeram parte desses momentos sempre me ajudando e incentivando.

RESUMO

O movimento migratório sempre teve um papel importante no que diz respeito ao processo de urbanização brasileiro. Em um primeiro momento, o destino principal dos migrantes que se deslocavam das áreas rurais para as zonas urbanas eram as grandes metrópoles. Todavia, com o passar dos tempos, os municípios de médio porte e os novos centros emergentes começaram a despontar também como destinos. O município de Nova Serrana-MG pode ser considerado um exemplo da desconcentração industrial, fenômeno iniciado na década de 1970. O município ganhou visibilidade nacional pela dinamização de sua economia provocada pela indústria calçadista, o que impulsionou o crescimento de sua população a taxas bem maiores que as do estado de Minas Gerais e do Brasil. Uma parte considerável desse aumento populacional ocorreu em razão de migrantes vindos do município de Poté-MG que, embora localizado a 600km de distância de Nova Serrana e em uma região sem vínculos sócio históricos com o município, ainda assim com esse estabeleceu um forte fluxo migratório. Esta dissertação tem como objetivo principal identificar os impactos da migração interna no município de Poté-MG. Para o desenvolvimento deste trabalho, além da pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema, foi realizado um *survey* no município de Poté onde, considerando um universo de 5.738 domicílios, um nível de confiança de 95,0% e uma margem de erro de 6,0%, foram aplicados um total de 257 questionários. Os resultados apontam para o fato de que a migração interna representa muito mais uma redução na pressão sobre os recursos dos domicílios do que a possibilidade de aumento da renda domiciliar a partir das remessas feitas pelos emigrantes. Para o município de Poté, a perda de mão-de-obra para outros municípios pode vir a tornar ainda mais difícil a recuperação de sua economia, que apresenta fortes sinais de estagnação. Atingido o objetivo proposto, espera-se que o trabalho que ora se desenvolve cumpra o seu propósito social de explicitar o fenômeno em questão e colaborar para formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: Migração Interna – Desequilíbrio regional – Território.

ABSTRACT

The migration always had an important role with regard to Brazilian urbanization. At first, the main destination of migrants who moved from rural areas to urban areas were the large cities. However, with the passage of time, the medium-sized cities and the new emerging centers also began to emerge as destinations. The municipality of Nova Serrana, MG can be considered an example of industrial decentralization phenomenon started in the 1970s. The city gained national visibility for the promotion of its economy caused by the footwear industry, which boosted the growth of its population and higher rates than the state of Minas Gerais and Brazil. A considerable part of this population increase was due to migrants in the city of Poté-MG that although located 600km away from Nova Serrana and in a region without historical social ties to the city, yet with that established a strong migratory flow. This thesis has as main objective to identify the impacts of internal migration in the municipality of Poté-MG. To develop this work, as well as bibliographic and documentary research on the subject, we conducted a survey in Poté municipality where considering a universe of 5,738 households, a confidence level of 95.0% and a margin of error of 6, 0% were applied a total of 257 questionnaires. The results point to the fact that internal migration is much more a reduction in pressure on the resources of households than the possibility of increased household income from remittances from emigrants. To the municipality of Poté, the loss of skilled labor to other municipalities may ultimately make it more difficult to recover its economy, which shows strong signs of stalling. Reached the proposed objective, it is expected that the work that is now being developed to fulfill its social purpose to explain the phenomenon in question and contribute to the formulation of public policies.

Keywords: Internal migration – Regional Imbalance – Territory.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Evolução da População total, urbana e rural (1970 a 2010) em Poté-MG	39
Tabela 2 – Evolução da população e taxas de crescimento médio anual – 1980-2010	40
Tabela 3 – Emigrantes de Poté-MG: Principais destinos escolhidos	50
Tabela 4 – Emigrantes de Poté-MG: principais destinos escolhidos	51
Tabela 5 – Emigrantes de Poté-MG: Nível de escolaridade	53
Tabela 6 – Emigrantes de Poté-MG: Nível de escolaridade por sexo.....	53
Tabela 7 – Emigrantes de Poté-MG: motivos para deixar o domicílio e local de residência.....	55
Tabela 8 – Emigrantes de Poté-MG: Atividade antes e após emigração por sexo	57

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Localização dos municípios de Poté e Nova Serrana, Minas Gerais, Brasil	36
Figura 2 – Setores censitários do município de Poté-MG	47
Figura 3 – Principais setores censitários da área urbana do município de Poté-MG	47
Figura 4 – Emigrantes de Poté-MG: Situação de Domicílio	50
Figura 5 – Emigrantes de Poté-MG: Estado civil	52
Figura 6 – Emigrantes de Poté-MG: motivos para deixar o domicílio	54

ÍNDICE DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PIB – Produto Interno Bruto

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

TCP – Taxa Geométrica Anual de Crescimento Populacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES NA MIGRAÇÃO INTRAESTADUAL	18
2.1. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES	18
2.2. ALGUMAS TEORIAS QUE BUSCAM EXPLICAR A MIGRAÇÃO.....	26
2.3. MINAS GERAIS E O CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL.....	31
3 OS MUNICÍPIOS DE POTÉ E NOVA SERRANA	36
Figura 1 – Localização dos municípios de Poté e Nova Serrana, Minas Gerais, Brasil.....	36
Tabela 1- Evolução da População total, urbana e rural (1970 a 2010) em Poté-MG	39
Tabela 2 – Evolução da população e taxas de crescimento médio anual – 1980-2010.....	40
4 METODOLOGIA	45
Figura 2 – Setores censitários do município de Poté-MG.....	47
Figura 3 – Principais setores censitários da área urbana do município de Poté-MG	47
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	49
Tabela 3 – Emigrantes de Poté-MG: Principais destinos escolhidos.....	50
Figura 4 – Emigrantes de Poté-MG: Situação de Domicílio.....	50
Tabela 4 – Emigrantes de Poté-MG: principais destinos escolhidos	51
Figura 5 – Emigrantes de Poté-MG: Estado civil	52
Tabela 5 – Emigrantes de Poté-MG: Nível de escolaridade	53
Tabela 6 – Emigrantes de Poté-MG: Nível de escolaridade por sexo.....	53
Figura 6 – Emigrantes de Poté-MG: motivos para deixar o domicílio	54
Tabela 7 – Emigrantes de Poté-MG: motivos para deixar o domicílio e local de residência.....	55
Tabela 8 – Emigrantes de Poté-MG: Atividade antes e após emigração por sexo.....	57
CONCLUSÃO	60

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
ANEXO 1	69
ANEXO 2	75

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização brasileira foi marcado pelos movimentos migratórios. Tal processo de urbanização provocou na sociedade significativas alterações no seu caráter estrutural. As cidades passaram a ser consideradas os locais de maior importância para as relações comerciais e para a fixação de residências. Inicialmente, as grandes metrópoles serviram de destino principal para os migrantes que desejavam se deslocar das áreas rurais para as zonas urbanas com o objetivo de tentar alcançar uma melhoria em seu padrão de vida. Com o passar dos tempos, os municípios de médio porte e os novos centros emergentes começaram, como ressaltado por Mello et al (2012), a despontar como destinos de migrantes.

É neste cenário que se pode destacar o município de Nova Serrana-MG, localizado na microrregião de Divinópolis-MG, mesorregião do Oeste de Minas Gérias. Trata-se de um município que pode ser considerado exemplo da desconcentração industrial, fenômeno que teve início na década de 1970, a partir da Região Metropolitana de São Paulo e que contribuiu para alterar a estrutura urbana brasileira, gerando um menor crescimento das áreas metropolitanas e uma redistribuição espacial da população (BAENINGER, 2010).

O município de Nova Serrana ganhou destaque nacional em razão da indústria calçadista, sendo conhecido nacionalmente pela produção de calçados populares, de baixo valor agregado, destinados ao público das classes C e D. Em razão do referido crescimento industrial, Nova Serrana passou a receber um número considerável de imigrantes (ANÍCIO, 2011).

Segundo Anício (2011), o crescimento populacional de Nova Serrana na primeira década deste milênio se deu, em grande medida, em razão de migrantes vindos de Poté, a quinta cidade que mais contribuiu para tal crescimento. Também Santos et al (2014), em pesquisa de campo realizada na comunidade rural de Igrejinha do Sagrado Coração de Jesus, no município de Poté, identificaram 113 indivíduos – provenientes de 42 domicílios – que haviam emigrado do local, sendo que Nova Serrana foi o destino escolhido por 78,0% desses.

O Município de Poté situa-se na Microrregião de Teófilo Otoni e possuía, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, uma população de 15.667 habitantes, sendo que 40,4% residiam na área rural. Poté é um município tipicamente interiorano, com presença de um centro principal, pequenos comércios e serviços concentrados na praça e nas ruas principais, predominância de residências unifamiliares de simples padrão e com economia predominantemente ligada a agropecuária. No entanto, segundo Mello et al (2012), as residências interioranas são contrastadas com casas e prédios que foram feitos com recursos enviados pelos imigrantes retornados do exterior. A tipologia desses imóveis indica padrões diferenciados de construção e arquitetura, com casas grandes, geralmente de dois pavimentos e prédios verticalizados de fachada moderna.

Ainda de acordo com Mello et al (2012), algumas casas estavam sendo construídas com remessas mandadas pelos emigrantes internacionais. Já no que diz respeito aos estabelecimentos comerciais e serviços de Poté, era possível destacar a existência de agências de turismo, empresas especializadas em crédito pessoal, lojas de material de construção, gráficas e autopeças, entre outros, sendo que alguns comerciantes eram imigrantes internacionais retornados.

No entanto, a realidade em Poté vem mudando, principalmente depois da crise internacional de 2008. Desde 2009 muitos imigrantes estão retornando ao município sem tantos recursos como no passado e, além disso, o envio de remessas diminuiu. A redução deste fluxo financeiro teve reflexos diretos sobre a renda das famílias, o que afetou o comércio e, com isto, a dinâmica do mercado de trabalho local (MELLO et al, 2012).

Em linhas gerais, tem-se que, atualmente, o município de Poté pode ser caracterizado como um município que vem apresentando perda populacional e que possui uma economia estagnada (SANTOS et al, 2014).

Nova Serrana, com uma economia mais dinâmica e em expansão, vê sua população crescer a taxas bem maiores que as do estado de Minas Gerais e do Brasil – em grande parte pelo fato de atrair um número elevado de imigrantes de outros municípios mineiros e de outros estados do país.

Tendo em vista o considerável fluxo migratório existente entre os dois referidos municípios mineiros, identificado em outros trabalhos, surgiu a ideia de aprofundar um estudo para buscar maiores informações no sentido de caracterizar

não só esse fluxo, como também os efeitos da migração interna – de uma forma geral e considerando outros destinos – o para o município de Poté.

Considerando que, como apontado nos trabalhos acima citados, o município de Poté tem um histórico de emigração tanto internacional quanto interna – sendo que, no caso da migração interna, o fluxo entre Poté e Nova Serrana já foi identificado como sendo importante –, esta dissertação tem, como objetivo principal, identificar os impactos da migração interna no município de Poté-MG. Ela apresenta, ainda, os seguintes objetivos secundários:

- Caracterizar o município de Poté ressaltando os seus fatores de atração e repulsão no que diz respeito à migração;
- Identificar o perfil do emigrante de Poté – atual e quando emigrou – quanto as seguintes características: sexo, idade, estado civil, nível educacional, ocupação, local de residência atual e motivo de ter emigrado;
- Verificar qual a importância de Nova Serrana como destino escolhido pelos emigrantes de Poté;
- Verificar a existência de redes sociais nos locais de destino e qual a importância dessas para que o movimento migratório acontecesse;
- Verificar se os emigrantes efetuam remessas para os seus domicílios de origem no município de Poté e, caso sim, qual a importância dessas para a melhoria da qualidade de vida dos domicílios receptores.

Nesse sentido, a pesquisa intitulada “A migração intraestadual em Minas Gerais: os fluxos migratórios entre Poté e Nova Serrana” se insere na Linha de pesquisa “Território, Migrações e Cultura” que tem como objetivos investigar as relações do território com os fenômenos das migrações, bem como compreender as diversas manifestações culturais em suas articulações territoriais.

Em relação à metodologia utilizada no trabalho, que será melhor detalhada no capítulo 4, adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema. Foram também utilizados dados secundários – principalmente dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 – para caracterizar os municípios de Poté e Nova Serrana. Por fim, visando traçar o perfil do emigrante de Poté e as motivações dos fluxos migratórios que tem como origem esse município, foram utilizados os dados coletados em 2015 no survey realizado no âmbito da pesquisa “Migração

intraestadual em Minas Gerais: análise do fluxo migratório entre Poté e Nova Serrana” coordenada pelo professor Dr. Mauro Augusto dos Santos.

Em consonância com os objetivos acima propostos, o presente trabalho se desenvolveu a partir da seguinte estrutura:

O próximo capítulo é apresentado o referencial teórico norteador da dissertação. Neste sentido, serão abordadas questões relacionadas ao conceito de território, migração, desigualdades regionais e o movimento migratório entre os municípios mineiros de Poté e Nova Serrana, bem como as teorias migratórias que dialogam com o tema em questão. No terceiro capítulo é feita a caracterização dos municípios de Poté e Nova Serrana. No quarto capítulo é apresentada a metodologia utilizada para a realização do trabalho. No quinto capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da análise dos dados colhidos na pesquisa de campo. Por fim, temos as considerações finais.

2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES NA MIGRAÇÃO INTRAESTADUAL

Buscando compreender o fluxo migratório de Poté-MG para Nova Serrana-MG, buscou-se os conceitos de território e territorialidade que colaboram para a elucidação desse fenômeno migratório.

2.1. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES

No decorrer da história, as concepções acerca de território sofreram transformações em razão de abordagens trazidas não apenas pelos geógrafos modernos, como também por cientistas de outras áreas do conhecimento.

Sobretudo pela natureza da temática aqui abordada – migração –, o conceito de território é fundamental para compreender a mobilidade humana na contemporaneidade. Se no século XIX as pessoas migravam em busca de perspectiva de vida, no século XXI tem-se novas configurações para tal prática, nas quais a consideração ao desejo de consumo imposto pelo capitalismo ganha forma.

Analisando algumas considerações teóricas, Haesbaert e Limonad (2007), com fins didático-analíticos, baseiam suas concepções acerca do tema em três vertentes básicas: em primeiro lugar encontra-se a política ou jurídico-política – a mais difundida –, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes relacionado ao poder político do Estado. Em segundo lugar, destaca-se a vertente cultural ou simbólico-cultural – que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva –, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Por fim, temos a vertente econômica (menos difundida), que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho.

Para Haesbaert (2004), o território pode ser compreendido em suas várias formas e dimensões, ou seja, em uma dimensão material-concreta – política e

econômica – e uma dimensão subjetiva e/ou simbólica. Nesse sentido, o território envolve:

...sempre e ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle 'simbólico' sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p.42)

Na abordagem desse conceito fica explícito o caráter duplo do território que se constitui de elementos simbólicos e concretos. Haesbaert (1997) considera as definições de “espaço dominado” e “espaço apropriado” de Lefebvre, para o qual o espaço natural é transformado e dominado pelos indivíduos através das práticas sociais e do uso da técnica.

Haesbaert (2007), citando Lefebvre (1986), explica que quando o espaço natural é de certa forma dominado para servir às necessidades de um grupo, esse se apropria dele. Dessa forma, percebe-se a perspectiva integradora defendida por Haesbaert na qual o território responde “pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço” (HAESBAERT, 2005, p.6775).

Haesbaert (2005) destaca que em qualquer definição, território tem a ver com poder, tanto no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. E ainda acrescenta:

É fundamental perceber a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços (HAESBAERT, 2005, p. 6777-6778).

Raffestin (1993) destaca que são os atores sociais que produzem o território a partir de uma dada realidade, ou seja, a partir do espaço. O espaço é preexistente a qualquer ação humana. Seria no espaço que as intenções se projetariam. Daí a afirmação de que o espaço só existe em função dos objetivos intencionais do ator. O

autor reforça sua ideia ao afirmar que o espaço é a “prisão original”, sendo que o território seria a prisão que os homens construiriam para si.

Segundo Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Sendo assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

O mesmo autor acrescenta que o território realiza-se no espaço por intermédio das relações sociais materializadas, e estas resultam das múltiplas facetas assumidas pelo(s) poder(es). Raffestin (1993) sugere que não existe território sem poder e nem poder sem um sustentáculo territorial. Para se ter claro o conhecimento e a prática que os homens têm das coisas é preciso “desnudar” o poder que eles mesmos se atribuem ou procuram atribuir aos seres e às coisas. O autor ressalta ainda que o poder está presente em todas as relações humanas, sendo exercido, e não possuído ou adquirido.

Raffestin (1993) afirma que os processos sociais podem envolver atores de sistemas sociais distintos e que se situam em uma multiplicidade de territórios ou se movam por eles. Assim, as posições dos atores e as suas capacidades de poder não são idênticas porque o espaço e o tempo são diferenciados do ponto de vista social para cada um deles. Portanto, tempo e espaço são componentes importantíssimos das relações de poder, pois funcionam como ponto de apoio para o ator aproveitar a alavanca que aciona o poder.

Referindo-se sobre a diferenciação conceitual entre espaço e território, Raffestin (1993) considera que o conceito de espaço é relacionado ao patrimônio natural existente numa região definida. Já no conceito de território se incorporaria a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores.

Também Saquet (2003) associa o território ao poder. Segundo o autor

[...] apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização. [...] O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. [...] Se considerarmos que onde existem homens há relações, tem-se ao mesmo tempo territórios.

Discorrendo sobre a visão relacional de território em Sack (1986) e Raffestin (1980), Haesbaert (2007, p. 80 e 82) defende que o território é construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço e é visto a partir das relações socio-históricas.

O território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, [...] de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, [...] Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade.

Frisando que o movimento é central na efetivação de um território e por isso a relação espaço-tempo é fundamental, tanto para sua constituição quanto para sua compreensão, Saquet (2009, p. 212) destaca que o território é produzido com o passar do tempo por meio de relações sociais que vão se construindo, se estabelecendo com influências, dominações e domínios de modo tal que essas vão imprimindo marcas no interior do território. De outro modo, para o autor, o território é integração, interação entre as dimensões sociais e entre estas e a natureza exterior ao ser humano. Dessa forma pode-se pensar as relações sociais estabelecidas pelo migrante no novo território, no qual ele reconstrói novas referencialidades de modo tal que talvez seja até possível a um morador de Poté identificar marcas culturais da sua terra numa dada comunidade em Nova Serrana.

O território funda-se em relações e conflitos, contradições e é substantivado, simultaneamente, pela unidade. Há, ao mesmo tempo, em sua composição, diversidade e *unidade*, heterogeneidade e homogeneidade, desigualdades e diferenças. [...] O território é processual e relacional; processualidade e totalidade; singularidade e universalidade. [...] Enfim, o território é, além de chão, obras, formas espaciais, relações, articulações, movimento, diversidade e unidade. É produzido material e ideologicamente (SAQUET, 2009, p. 214 e 215).

Neste sentido, surge o que denominamos de territorialidade, esta é colocada como uma expressão geográfica do exercício do poder em determinado espaço geográfico.

Para Haesbaert (2007), “territorializar-se” significa a possibilidade de se criar novos referenciais simbólicos num dado espaço em movimento. Os migrantes de Poté, ao deixar suas referências na sua cidade de origem, buscam criar novos laços - referencialidades na cidade de destino, o que de outro modo significa novas territorialidades.

Ao falar de território, Saquet (2003, p.25) afirma que *“o território é objetivado por relações de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas”*. Neste sentido, conceitua que a territorialidade “é o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, na família etc, resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar” (SAQUET, 2003, p. 26).

Ao deixar a cidade de Poté, os migrantes buscam a reconstrução desse território em novas bases, no local de destino. E é sob essa perspectiva que muitos acreditam que a migração se apresenta como um processo desterritorializador, o que é contestado por Haesbaert (2005) que critica os discursos correntes que afirmam que grande parte da humanidade vive processos violentos de desterritorialização. Para o geógrafo,

o mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases (HAESBAERT, 2007, p.16)

O autor destaca que a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Se há um movimento de desterritorialização, haverá também um movimento de reterritorialização, podendo-se afirmar que eles são concomitantes. Para Deleuze e Guattari (2009, p.69) *“temos que pensar a desterritorialização como uma potência perfeitamente positiva, que possui seus graus e seus limiares e que sempre é relativa, tendo, em reverso, uma complementaridade na reterritorialização”*.

Saquet (2009) descrevendo sobre a territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) destaca que tais processos são interligados e se

condicionam mutuamente. Simultaneamente à desterritorialização ocorre a reterritorialização.

São processos intimamente ligados na mobilidade de força de trabalho. No primeiro, há a perda do território inicialmente apropriado e construído, “a superação dos limites, das fronteiras”, [...] e no segundo, uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características. O velho é recriado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente. A territorialização está na desterritorialização, e vice-versa; são concomitantes e estão articuladas. (SAQUET, 2009, p. 214).

Neste sentido, a desterritorialização nunca é total ou desvinculada dos processos de reterritorialização. Também para Haesbaert (2005), na medida em que o migrante se desterritorializa, ainda que implicitamente, ele sempre carrega consigo a dinâmica reterritorializadora.

No lugar de desterritorializar e reterritorializar, segundo Haesbaert (2005), os homens passariam a viver simultaneamente em vários territórios, o que caracterizaria a multiterritorialidade. Segundo o autor a

Multiterritorialidade aparece como uma proposta a esse processo identificado por muitos como “desterritorialização”: mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, propomos discutir a complexidade dos processos de (re) territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade (HAESBAERT, 2005, Pag. 6774).

Haesbaert (2007) destaca que a migração é resultado de uma multiplicidade de fatores – econômicos, políticos, ambientais, culturais. Ele considera que a migração é uma forma que o indivíduo utiliza para buscar estabilidade e que, por essa razão, não pode ser percebida apenas como um processo de desterritorialização.

O autor afirma que

[...] migração pode ser vista como um processo em diversos níveis de des-territorialização. [...] Assim como os processos de des-territorialização podem ser multidimensionalmente caracterizados, o mesmo ocorre com as migrações, com a importante constatação de que também se trata de processos internamente diferenciados [...] há migrações ditas “econômicas” vinculadas à mobilidade pelo trabalho, migrações provocadas por questões políticas e outras por questões culturais ou ainda “ambientais” (HAESBAERT, 2007, p. 245 - 246).

Nesse sentido este estudo compreenderá a migração como um fenômeno multidimensional que envolve vários processos.

Marandola e Gallo (2010) enfatizam que a contemporaneidade trabalha incessantemente com os fenômenos da migração e da mobilidade. Segundo os autores, “estar no mundo, hoje, é conviver com a mobilidade e a migração, e todas as suas implicações” (MARANDOLA e GALLO, 2010, p. 407), sendo esta vivência na maioria vezes constrangedora do ponto de vista existencial, pois submete seus atores a uma reconstrução de suas referências espaciais e socioculturais. Migrar, segundo esses autores, envolveria vários processos de redefinição de territorialidades, processos esses que não obedeceriam necessariamente a uma ordem pré-determinada.

O migrante, para alcançar uma sensação de bem-estar e um alívio no sentimento de instabilidade e incerteza que aparecem com a saída do local de origem, sente a necessidade de re-territorializar-se, de enraizar-se no local de destino. Todavia, segundo Marandola e Gallo (2010), a fixação do migrante no local de destino não é tão simples quanto pode parecer, pois, existem algumas restrições ou condições em termos de identificação sociocultural e espacial. O processo de envolvimento de um indivíduo com o lugar é complexo e não ocorre aleatoriamente, havendo fatores que encorajam/incentivam esse envolvimento e fatores que repelem qualquer tentativa em fazê-lo.

Entre os fatores que incentivariam esse envolvimento, deve ser destacado a identificação do migrante com o local de destino. Quanto maior o nível de conhecimento que o migrante tenha sobre as características culturais, sociais e

sobre a organização espacial de um determinado lugar, maior será a sua sensação de pertencimento a ele (MARANDOLA e GALLO, 2010).

Marandola e Gallo (2010) afirmam que a migração pode levar a uma edificação do que nomeiam de “território dos migrantes”. Para os autores, tal fato ocorre quando não existe a identificação do migrante com o lugar de destino. Ou seja, o indivíduo, que carrega consigo todas as territorialidades vividas e que não é capaz de desconsiderar sua história e formação para se inserir isento na nova realidade e estabelecer prontamente relações com o local de destino, acaba sendo levado a buscar alternativas para reafirmar sua identidade territorial, ao mesmo tempo em que preserva sua forma de ser. Ele recriaria, nos locais de destino, locais que apresentariam características o mais próximo possível dos locais de origem.

O migrante sente a necessidade de preservar sua identidade, sua personalidade e voltar a ter o sentimento de pertencimento, o que leva a um gradual e contínuo processo de edificação de “lugares próprios”, os quais permitem ao migrante enraizar-se. Estes lugares e suas articulações são, na verdade, o território dos migrantes. A partir do momento em que os migrantes começam a construir estes territórios, eles estabelecem uma nova rede de relacionamentos, promovendo, com isso, seu enraizamento e sua re-territorialização no local de destino (MARANDOLA e GALLO, 2010).

Marandola e Gallo (2010) enfatizam que, em muitos casos, a “matriz” desta “nova rede” estabelecida pelos migrantes no processo de reterritorialização é a própria rede migratória que um dia possibilitou o acesso ao local de destino.

Quando o migrante passa a se inserir nas redes sociais, aumenta a sua sensação de pertencimento e segurança, minimizando, assim, os impactos das mudanças socioespaciais. É que tais redes, além de serem um espaço no qual o indivíduo tem o seu modo de ser reconhecido – e que, em certa medida, está ligado às identidades trazidas do local de origem –, é também um espaço de cooperação entre seus integrantes. As redes sociais podem ser vistas como redes territoriais, tendo em vista essas estarem ancoradas em “lugares específicos onde o grupo se encontra, conserva práticas comuns associadas ao lugar natal e propaga, a partir dele, sua territorialidade” (MARANDOLA e GALLO, p. 413).

Uma vez que foram apresentados os principais conceitos associados ao território e feita a associação entre os mesmos e os movimentos migratórios, na

próxima seção serão apresentadas algumas das teorias que explicam a mobilidade populacional com as quais este trabalho dialogará.

2.2. ALGUMAS TEORIAS QUE BUSCAM EXPLICAR A MIGRAÇÃO

É preciso esclarecer, inicialmente, que há diversas teorias que buscam a compreensão do fenômeno migratório, cada qual com um foco específico de análise. É fácil perceber que, tendo em vista as peculiaridades dos fluxos migratórios, faz-se necessário uma análise que lance mão de várias teorias para explicar o fenômeno. Neste contexto, nesta seção, são apresentadas as principais teorias com as quais este trabalho dialoga.

Ao estudar o tema, cumpre-nos destacar as contribuições de Ravenstein (1885) que, por meio da publicação de seu trabalho em 1885, é considerado um dos pioneiros neste tipo de estudo. Analisando a migração interna na Inglaterra com foco na seletividade dos migrantes, o autor elaborou algumas leis que regeriam a migração. Tais leis partiram de quatro pressupostos básicos, quais sejam: **a)** há uma estreita relação entre os movimentos migratórios e o desenvolvimento do capitalismo; **b)** tanto a população quanto as atividades econômicas estão espacialmente distribuídas de forma desigual, havendo regiões com excedente de mão-de-obra e outras com escassez, o que levaria à existência de áreas de absorção (centros comerciais e industriais) e áreas de dispersão de mão-de-obra (regiões agrícolas); **c)** o principal elemento motivador dos movimentos migratórios é a procura por mão-de-obra nos grandes centros industriais; **d)** os migrantes se deslocam buscando melhorar a sua situação material.

Em que pese as leis propostas por Ravenstein – que não cabe aqui serem citadas – terem sido alvo de contestações, ou como bem observa Santos et al (2010), terem sido “melhor elaboradas por outros teóricos”, não deixam de ser um marco nos estudos sobre migração uma vez que a seletividade do migrante passou a ser tema recorrente em outras abordagens.

Outra contribuição que merece aqui ser destacada é aquela feita por Lee (1966). Considerando que a migração tende a acontecer em determinadas fases de

vida do indivíduo e, portanto, também trabalhando com um fator de seleção do migrante, o autor defende a ideia de que a migração implica sempre a existência de um lugar de origem, um lugar de destino e uma série de obstáculos intervenientes entre os mesmos que, se vencidos pelo indivíduo, permitiria a concretização do processo migratório.

Ainda segundo Lee (1966), em todas as localidades de destino existem fatores positivos (pull) que acabam por atrair os migrantes, por outro lado, existem também os fatores negativos (push) responsáveis por desestimular a permanência no lugar de origem, tendo o autor ainda referenciado os fatores tidos como neutros. Para que o indivíduo seja capaz de romper a “inércia natural”, optando assim por empreender um processo migratório, indispensável se faz que ele vislumbre resultados fortemente positivos, caso contrário, o deslocamento não ocorrerá. Fatores que certamente favorecem a obtenção de tais resultados positivos são os contatos pessoais e o sistema de informação a que o indivíduo tem acesso.

Os mencionados fatores acabam também por nos remeter a uma outra teoria migratória que igualmente merece destaque no presente trabalho científico, que é a teoria das redes sociais.

As redes migratórias compõem um conjunto de laços sociais que ligam as comunidades de origem a pontos específicos de destino. Considerando que a emigração pode ser associada a vários riscos – ligados, por exemplo, à segurança pessoal, à preocupação com a renda para se manter no local de destino e posteriormente remeter ao local de origem –, os migrantes lançariam mão das redes sociais para tentar reduzir esses riscos (MASSEY et al, 1993; SANTOS et al 2010).

Conforme ressalta Massey et al (1993), as redes sociais ocupam lugar de destaque no processo de manutenção dos movimentos migratórios. Os laços de solidariedade dentro desses grupos constituem características que não só configuram as referidas redes, como também as sustentam.

Tais laços são firmados em uma proporção tal que são capazes de, segundo Tilly (1990), deslocar as unidades efetivas da migração dos indivíduos ou suas respectivas famílias, para o grupo de pessoas unidas por algum tipo de vínculo, seja de parentesco, amizade ou trabalho.

Neste sentido, Siqueira (2009) afirma que na atualidade a compreensão das redes sociais que se formam entre um determinado ponto na origem e outro no

destino, tem sido muito utilizada nos trabalhos que estudam a imigração. É que, dada à complexidade do fenômeno migratório, bem como à proporção que as redes sociais podem atingir, faz com que elas passam a funcionar como uma instituição invisível capaz de converter a migração em um produto social e não individual. Em outras palavras, rompe-se com a visão individualizante do processo migratório de forma a deixar sobressair a grande relevância do conjunto de conexões estabelecidas, tanto na sociedade de origem como na sociedade de destino.

O canal de interação que se forma entre a origem e o destino por meio da troca de informações, recursos materiais e humanos é capaz inclusive de ditar a direção do fluxo migratório, uma vez que os migrantes tendem a se deslocar para pontos no destino já vinculados com a sociedade de origem.

Ainda no que se refere a essa teoria, importa aqui esclarecer que uma rede pode atingir variadas dimensões, a depender, por exemplo, da articulação existente entre a quantidade de pessoas que a compõe (tamanho); o grau de vinculação existente entre seus membros (densidade); e (des)concentração do poder de informação e recursos materiais (centralidade) (DOMINGUES, 2008). Quando maior a articulação mais facilmente a rede será capaz de suportar e explicar o processo real de intercâmbio entre as regiões de origem e de destino (FUSCO, 2000).

Com suporte em Assis e Sasaki (2000), importa por fim ressaltar que, em que pese a importância das redes sociais nos processos migratórios, é de se reconhecer a existência de uma ambiguidade a ela intrínseca, uma vez que aquelas podem ainda ser a causa de conflitos:

Os trabalhos de Massey, Tilly e Boyd, demonstraram a importância das redes sociais na articulação dos processos migratórios, enfatizando a solidariedade no interior dos grupos migrantes como uma das características que configuram e sustentam as redes. Entretanto, estes mesmos autores apontam para a ambiguidade dessas relações, pois a própria dinâmica da migração revela que os laços de parentesco, amizade e origem comum são também permeados por conflitos e ambiguidade. (ASSIS E SASAKI, 2000, pag. 12).

Entender uma rede nas suas mais diversas interconexões não é tarefa das mais fáceis, já que não se trata de uma estrutura estática, mas muito pelo contrário,

configura-se por ser um sistema extremamente dinâmico que lida com intercâmbio de informações, dinheiro, solidariedade, pessoas e seus conflitos.

Outra teoria migratória com a qual este trabalho acadêmico dialoga é a teoria econômica neoclássica. Importa ainda esclarecer que a teoria econômica neoclássica pode ser analisada sob duas perspectivas distintas: uma micro (Sjaastad, 1962; Todaro, 1969) e outra macro (Lewis, 1954; Ranis & Fei, 1961).

De acordo com a Teoria Microeconomia Neoclássica, os seres humanos, utilizando da sua racionalidade, buscariam alternativas para maximizar os seus ganhos. Assim sendo, a sua decisão de migrar seria sempre feita a partir da análise das relações de custo e benefício do ato migratório.

Já no que se refere à Teoria Macroeconômica Neoclássica, o principal elemento motivador do fenômeno migratório seriam as diferenças geográficas de oferta e demanda por trabalho. Assim, o mecanismo estimulador dos movimentos migratórios, para esses teóricos, seria o mercado de trabalho.

Discorrendo acerca da perspectiva macroeconômica, Santos et al (2010) assegura que um pressuposto da teoria em questão é o de que:

Nas regiões com excesso de oferta de trabalho em relação ao capital, os salários seriam baixos. Já nas regiões com escassez de oferta de trabalhos em relação ao capital, os salários seriam altos. Desta forma, o deslocamento populacional ocorreria de regiões com baixos salários ou excesso de mão-de-obra para regiões com altos salários ou escassez de mão-de-obra (SANTOS et al, 2010, p. 11).

Partindo de um cenário de pleno emprego, toda essa dinâmica alcançaria um patamar tal em que as diferenças salariais deixariam de existir e, juntamente com elas, o fluxo migratório acabaria por se orientar no mesmo caminho, ou seja, tenderia à cessação.

Por fim, também dialogando com o presente estudo, cabe destacar os trabalhos desenvolvidos pelos Novos Economistas da Migração do Trabalho que, segundo Assis e Sasaki (2000), nos anos mais recentes têm contribuído para desafiar muitas hipóteses e conclusões da teoria neoclássica.

Partindo da compreensão de que o projeto migratório deve ser encarado como sendo fruto de uma construção coletiva e socialmente orientada, os novos

economistas acreditam que o indivíduo age coletivamente visando não só maximizar a renda pretendida, mas também minimizar os constrangimentos ocasionados pelo empreendimento migratório (Taylor, 1986). A decisão de migrar, portanto,

não é tomada por indivíduos isolados, mas por um conjunto maior de pessoas que estão de alguma forma ligadas. Muda-se o foco da análise, centrada não mais no indivíduo, mas no domicílio ou outra unidade de produção e consumo, culturalmente definida. (...) a decisão de migrar frequentemente é tomada conjuntamente com um grupo de não migrantes, sendo os custos e os retornos divididos de uma forma prevista em um arranjo contratual que irá refletir o poder de barganha das partes envolvidas (SANTOS et al, 2010; p.8).

Assim sendo, os Novos Economistas da Migração do Trabalho também se destacam por ressaltarem que a decisão de migrar não seria definida apenas pelo indivíduo, de forma isolada, mas por um grupo maior de pessoas que possuem laços entre si, como, por exemplo, a família ou domicílio.

Uma importante perspectiva de análise da teoria desenvolvida pelos novos economistas gira em torno do conceito de privação relativa (Stark & Bloom, 1985; Stark & Taylor, 1989; Stark & Taylor, 1991; Taylor, 1986).

Sob esse enfoque, a migração poderia significar uma possibilidade de melhorar a posição relativa do domicílio dentro do seu grupo de referência. Os domicílios avaliariam sua situação de privação, tendo por base um determinado padrão de renda. Quanto maior o número de domicílios com renda superior a um domicílio específico, maior será o sentimento de privação relativa experimentado por esse. A migração de um ou mais membros – e as remessas feitas por esses – possibilitaria ao domicílio melhorar a sua posição relativa dentro do grupo de referência.

Todavia, não se pode deixar de observar que, ao migrar, haveria o risco de substituição do grupo de referência por um grupo do local de destino, o que levaria o domicílio a não reduzir o seu sentimento de privação relativa ou, até mesmo, aumentá-lo (Stark & Taylor, 1989).

Tendo sido apresentada esta breve síntese das teorias que buscam explicar a migração, será apresentado, na próxima seção, um histórico, também sintético, sobre a migração interna no Brasil.

2.3. MINAS GERAIS E O CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL

Segundo Brito (2006), o processo de urbanização no Brasil, como decorrência das migrações internas, é um fenômeno relativamente recente e está diretamente relacionado a uma série de alterações ocorridas na política, na economia e na sociedade brasileira no século passado, especialmente na sua segunda metade. O autor ressalta que no período entre o Segundo Reinado até o final da República Velha, tendo em vista o crescimento da economia cafeeira e o surto da industrialização, as relações mercantis ampliaram-se entre as diversas regiões brasileiras. Todavia, a migração internacional foi fortemente financiada pelo Estado, o que acabou por impor limites à expansão dos deslocamentos populacionais internos.

Brito (2006) ainda ressalta que a rápida urbanização do território brasileiro não foi fruto de um processo estritamente demográfico, uma vez que é a própria sociedade brasileira que se torna cada vez mais urbana. As cidades passaram cada vez mais a concentrar uma parcela crescente da população do país, convertendo-se no lugar preferido para a ocorrência das atividades econômicas mais relevantes, transformando-se em difusoras dos novos padrões de relações sociais – incluindo as de produção – e de estilos de vida. O diferencial no caso brasileiro, segundo o autor, foi a velocidade em que se deu o processo, claramente superior à dos países capitalistas mais avançados.

Apenas na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1%. Ou seja, a cada ano, em média, mais de 2,3 milhões de habitantes foram acrescentados à população urbana (BRITO, 2006,p. 223).

Um dos principais motivos geradores da transformação da sociedade brasileira foi a grande expansão das migrações internas. Elas se constituíam no elo maior entre as mudanças estruturais pelas quais a sociedade e a economia passavam e a aceleração do processo de urbanização. Brito (2006) destaca que a maior parte do crescimento demográfico urbano, entre 1960 e 1980, deveu-se ao

intenso fluxo migratório rural-urbano. Acredita-se que quase 43 milhões de pessoas saíram do campo para cidade entre 1960 e o final dos anos 1980.

Brito e Horta (2002) ressaltam que, a partir da segunda década do século XX, o Estado de Minas Gerais inaugura a expansão da sua siderurgia, que nos anos de 1930 foi acelerada com a inauguração do alto forno da Belgo Mineira em João Monlevade¹, abrindo uma nova perspectiva para a inserção da economia mineira no cenário nacional. Porém, como afirmam os autores, tal crescimento só se consolidou na década de 1950, com a estatização da Acesita² em Timóteo, a inauguração da Mannesman³ em Belo Horizonte e a construção da Usiminas em Ipatinga. Minas Gerais, entre as décadas de 1920 e 1940 apresentou um saldo migratório negativo de 608.455 pessoas, perdendo população principalmente para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Goiás. Ainda segundo os autores,

Em 1940, Minas tinha 6.743.416 habitantes, dos quais somente 25,1 residiam em áreas urbanas. Entre 1940 e 1950, essa proporção aumentou para pouco mais de 30,0%, com a população urbana crescendo a 3,21% ao ano e a rural a 0,74%, ambas bem abaixo da média nacional (BRITO E HORTA, 2002, Pag. 3).

Nos anos de 1950, de acordo com Brito e Horta (2002), o Estado de Minas Gerais teve a maior taxa de crescimento populacional da sua história, 2,39% ao ano. Entretanto, continuou apresentando uma taxa menor que a do Brasil (3,04%), que também bateu todos os recordes.

Considerando que a década de 1960 foi, em grande parte, de recessão para todo país, Minas não conseguiu fugir dessa realidade. A agricultura ficou estagnada e os investimentos industriais bastante baixos. Como consequência, houve o aumento das emigrações mineiras para outros estados, colocando Minas Gerais como a unidade da Federação que apresentou maior perda populacional. Segundo o Censo Demográfico de 1970, 2.041.748 residentes no estado na década anterior, emigraram para o restante do país, o maior número da sua história – uma média de 204.175 emigrantes anuais (BRITO E HORTA, 2002).

¹ Atualmente ArcelorMittal Aços Longos.

² Atualmente ArcelorMittal Inox Brasil.

³ Atualmente Vallourec & Mannesmann Tubes.

Segundo Brito e Horta (2002), a década de 1970 foi promissora para Minas Gerais, que soube aproveitar as possibilidades de crescimento abertas pela economia nacional.

A população total de Minas cresceu apenas 1,54% ao ano, novamente bem abaixo da média nacional, e assim mesmo devido ao crescimento urbano de 4,01%, pois houve uma grande aceleração do êxodo rural. Ele foi ainda maior do que na década de [19]60, mais de 3 milhões de habitantes, equivalente a 70,0% da população rural em 1980. Já o saldo migratório urbano, positivo, foi superior ao dos anos [19]60 em 26,0%, refletindo uma maior capacidade de retenção populacional das cidades mineiras, concentrada principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, responsável, sozinha, por um terço do crescimento da população urbana do estado (BRITO e HORTA, 2002, Pag. 5).

Com o crescimento da economia mineira, houve reflexos na migração rural-urbana, ampliando a capacidade de retenção das suas cidades, mas, também, – e conseqüentemente – nas migrações interestaduais. Segundo Brito e Horta (2002),

As emigrações de Minas diminuíram cerca de 40,0%, em relação aos anos [19]60, e as imigrações cresceram em torno de 16,0%. Desse modo, o saldo negativo nas trocas migratórias interestaduais teve uma grande redução, passando de 1.514.748 para 626.262. A grande maioria dos emigrantes de Minas tinham como destino, como nas décadas anteriores, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro e a região Centro-Oeste. Os imigrantes, na sua maioria, eram provenientes dos mesmos estados e região e daqueles que retornavam do Paraná (BRITO e HORTA, 2002, Pag. 6)

Já na década de 1980, o Brasil viveu uma profunda crise econômica e Minas Gerais não ficou imune a ela. O Produto Interno Bruto mineiro teve um desempenho insatisfatório se comparado com a década anterior. Nesse contexto, ainda de acordo com os autores mencionados acima, os resultados do Censo Demográfico de 1991 apresentaram alguns aspectos diferentes, como a desaceleração do crescimento da população urbana, cujas taxas anuais passaram de 4,01%, na década anterior, para apenas 2,50%, assim como uma grande desaceleração no declínio da população rural.

Todavia, como bem enfatiza Brito e Horta (2002), a grande surpresa foi a redução do saldo das trocas migratórias interestaduais. Com base nos dados apresentados pelos autores, entre 1981 e 1991 o saldo migratório de Minas Gerais continuava ainda negativo (-219.564). Porém, como proporção da população no final do período, o saldo era praticamente inexpressivo (-1,4%), principalmente se comparado com o período entre 1960 e 1970 em que essa proporção era de 13,2%⁴. Ou seja, a perda populacional de Minas para os outros estados, reduziu-se substancialmente.

Já no que diz respeito aos resultados do Censo 2000, Brito e Horta (2002) sugerem comparações extremamente interessantes entre as duas últimas décadas. A população apresentou uma redução insignificante no seu crescimento entre os anos 80 e 90 do século passado, quando as suas taxas passaram de 2,50% ao ano para 2,49%. Consideravelmente inferior àquela observada entre as décadas de 1970 e 1980, cujas taxas de crescimento declinaram de 4,01% para 2,50% ao ano. Contrariamente às décadas de 1970 e 1980, quando houve um expressivo arrefecimento no declínio no crescimento da população rural, os anos de 1990 mostraram uma aceleração desse declínio, com os valores negativos das taxas muito mais do que dobrando, passando de - 0,95% para -2,28%.

Para os autores, esses dados resultam de dois importantes processos demográficos que ocorreram em Minas Gerais: houve uma queda nos níveis de fecundidade da população residente nas áreas rurais e – talvez o mais importante – houve uma intensificação do êxodo rural (BRITO e HORTA, 2002).

Ainda citando Brito e Horta (2002), os autores ressaltam a importância dos fluxos migratórios interestaduais e intraestaduais no processo de distribuição espacial da população brasileira. Esses fluxos indicariam as condições socioeconômicas de cada uma das regiões envolvidas nos fluxos. As regiões em processo de mudança teriam uma maior capacidade de atrair população que, por sua vez, teria como origem – na maior parte dos casos –, as regiões estagnadas. A migração entre Poté e Nova Serrana ilustra bem o que Brito e Horta afirmam. Como já destacado na introdução desse trabalho, trata-se de um movimento populacional

⁴ Esses números indicam que, caso o saldo migratório final do período não houvesse sido negativo – número de pessoas que deixaram o estado (emigrantes) maior que o número de pessoas que entraram no estado (imigrantes) –, a população do estado de Minas Gerais seria 1,4% maior em 1991, ao passo que, em 1970, ela seria 13,4% maior.

que tem como origem um município em situação de estagnação econômica e, como destino, um município com uma economia dinâmica. No próximo capítulo são apresentadas as características desses dois municípios.

3 OS MUNICÍPIOS DE POTÉ E NOVA SERRANA

Os municípios de Poté e Nova Serrana, ambos no estado de Minas Gerais, apresentam características socioeconômicas e demográficas bastante diferentes. Embora se trate de dois municípios de regiões sem vínculos sócio-históricos e separados por aproximadamente 600 km, estabeleceu-se um forte fluxo migratório entre os mesmos.

Situado na mesorregião do Vale do Mucuri e na microrregião de Teófilo Otoni, o município de Poté foi criado por meio da Lei Estadual nº 148, de 17 de dezembro de 1938. Anteriormente era um distrito de Teófilo Otoni.

Figura 1 – Localização dos municípios de Poté e Nova Serrana, Minas Gerais, Brasil



Fonte: Adaptado de Wikipedia⁵

⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Pot%C3%A9#/media/File:MinasGerais_Municip_Pote.svg

Segundo Santos (2008), formação histórica da cidade de Poté está diretamente relacionada com a ocupação do Vale do Mucuri, ocorrida a partir do século XIX. Anterior a esta data, foi uma região que, no apogeu da mineração, teve um papel fundamental para o governo português no sentido de conter o contrabando pelas suas próprias condições naturais. Ou seja, era um cinturão de mata densa que dificultava o trânsito ilegal de metais preciosos.

Seus habitantes, até os anos de 1800, eram grupos indígenas muito diversificados, que poderiam, a grosso modo, ser divididos em dois. O primeiro grupo era os índios de origem Tupi, os Potenis, e o outro, diversas tribos Macro-Gê, os chamados pejorativamente de botocudos, caso dos Karacatas, Paranãs e Mandassais. O nome Poté vem de um ribeirão da região, sendo que o cacique dos índios Potenis foi assim também denominado por Teófilo Benedito Ottoni. A designação Poté tem duas significações, uma de abelha negra e a outra de caramujo de água doce (OLIVEIRA, 2009).

Até a metade do século XIX, segundo Cunha (2002) e Carrara (1996), o Mucuri era uma região que se aproximava da categoria de matas. Portanto, não se encaixava nem mesmo como uma região de baixa densidade demográfica chamada de sertões. O esgotamento da produção aurífera no final do século XVIII exigiu alternativas econômicas para superar essa crise. Nesse sentido, nas primeiras décadas dos anos de 1800, a dificuldade na exploração dos metais preciosos vai ser superada com um alto grau de mercantilização, uma produção diversificada (agricultura, pecuária, manufaturas) que vai atender ao mercado interno, especialmente a Corte, São Paulo e Bahia, além, evidentemente da própria província mineira.

Minas vai superar a crise de mineração com um alto grau de mercantilização e o seu nível de desenvolvimento relaciona-se com áreas mineiras fracionadas e suas articulações, com bases produtivas diferenciadas e dinâmicas particularizadas (SANTOS, 2008, p. 12-13).

Com isso, ocorre um crescimento populacional que resulta em intenso deslocamento da população em busca de novas possibilidades produtivas, especialmente vindo do Vale do Jequitinhonha e norte de Minas Gerais. As matas do Mucuri vão sentir essa pressão através de movimento espontâneo que inicia com

uma ocupação localizada nos cursos dos rios. Diversos proprietários vão ocupando as margens da intensa floresta do Mucuri, como é o caso de Antônio Gomes Leal, que foi identificado em uma expedição feita pelo francês Pierre Victor Renault, em 1836 (SANTOS, 2008).

Deve-se considerar também o intenso deslocamento da população especialmente do Jequitinhonha e norte de mineiro, em busca de novas possibilidades produtivas. Nesse contexto, o Vale do Mucuri estava “acuado” por um movimento autônomo, principalmente por uma população de desterrados, que não tardaria a ocupar estas matas. (SANTOS, 2008, p. 13).

Esse processo de ocupação vai ser acelerado pela criação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, empresa fundada por Teófilo Benedito Ottoni com o objetivo de favorecer o transporte entre a capital do Império, o Rio de Janeiro, e o alto Jequitinhonha. A Companhia não obteve sucesso, decretou falência em 1860 e em 1861 foi encampada pelo Império, mas acelerou a ocupação do Mucuri. Ainda que perdesse temporariamente o contato com os grandes centros com o fim da Companhia do Mucuri, houve um aquecimento no interior do sistema, tanto assim que o Censo de 1872 aponta para uma população de 6.864 em toda a região(SANTOS, 2008).

Poté, nesse contexto, era ainda um local essencialmente agrícola, passando a se formar a partir do final do século XIX. Os índios da região, por determinação do governo Imperial, foram deslocados para Itambacuri onde havia uma missão de padres cappuccinos para catequização dos nativos. O deslocamento dos indígenas favoreceu o surgimento do vilarejo, que ganhou vigor com a chegada da Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM). Essa ferrovia foi criada por um decreto imperial de 1880 e começou a ser construída no ano seguinte a partir do porto de Caravelas, na Bahia. Chegou a cidade de Teófilo Otoni em 1898 e se estendeu em uma construção lenta que teria seu destino final a cidade de Araçuaí, no vale do Jequitinhonha. Próximas a Poté, foram construídas, nos primeiros anos do século XX, a estações de Valão e Sucanga (SANTOS, 2015).

A economia da região passou a ter a exportação do café como produto de maior relevância econômica, mas que também ofertava outros produtos agrícolas.

Caso do feijão, que correspondia em 1949⁶, segundo o anuário estatístico de Minas Gerais, a 13^a produção de Minas Gerais. Poté se tornou o principal centro comercial do alto Mucuri, com uma população que correspondia em 1955 a 11.791 habitantes⁷.

Na década de 1960, a EFBM viveu uma série de dificuldades, sendo fechada em abril de 1966 pelo governo militar do general Castelo Branco. Isolada, sem uma via de comunicação com os principais centros, Poté como também o seu entorno, sofreu grandes dificuldades econômicas, reduzindo drasticamente o comércio local, a produção agrícola e provocando o êxodo para outras regiões (SANTOS, 2015)

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE) o município possuía uma população de 15.667 habitantes.

Na Tabela 1 pode-se observar a estrutura da população por situação de domicílio. Vê-se que, tal qual descrito no capítulo anterior em termos do estado de Minas Gerais e do país, houve um aumento significativo da parcela da população que residia na zona urbana do município e, conseqüentemente, uma redução da população residente na zona rural. Temos que a população urbana que representava 23,77% da população total em 1970 passou para 59,60% no ano de 2010, enquanto a população rural reduziu sua participação de 75,23% para 40,40%. De toda forma, o grau de urbanização do município é muito baixo se comparado ao do estado de Minas Gerais (85,29%) e do Brasil (84,36%).

Tabela 1- Evolução da População total, urbana e rural (1970 a 2010) em Poté-MG

Situação de domicílio	1970	1980	1991	2000	2010
População residente na zona urbana	3.725	4.646	6.493	8.201	9.337
População residente na rural	11.941	11.273	8.183	6.579	6.330
População total	15.666	15.919	14.676	14.780	15.667

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O produto interno bruto do município (PIB) em 2012 foi de R\$100.561.000,00, sendo que o valor adicionado pelo setor de serviços no PIB representou 72,1% desse. O valor adicionado pela indústria representou 12,66% do PIB e o da

⁶ MINAS GERAIS – Anuário Estatístico de Minas Gerais – 1949 – Belo Horizonte *apud* GIFFONI 2006.

⁷ MINAS GERAIS – Anuário Estatístico de Minas Gerais – 1955 – Belo Horizonte *apud* GIFFONI 2006.

agropecuária 11,14%. O PIB per capita do município no mesmo ano equivalia a R\$6.364,19. Já o que diz respeito ao seu IDH, em 2000 ele era de 0,473 – estando dentro da faixa de municípios com nível de desenvolvimento humano muito baixo –, passando para 0,62 em 2010, o que colocou o município de Poté, segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no grupo de municípios com médio grau de desenvolvimento humano.

Como pode ser visualizado na Tabela 2, Poté apresentou uma taxa geométrica anual de crescimento populacional (TCP) negativa entre os censos de 1980 e 1991 (-0,73%). Entre os censos de 1991 e 2000 (0,08%) e entre os de 2000 e 2010 (0,58%), a TCP, embora positiva, foi muito baixa, principalmente se comparada a TCP do estado de Minas Gerais e do Brasil. Segundo Santos et al (2014, p. 2) “as baixas taxas de crescimento populacional apresentadas pelo município podem ser explicadas em grande parte pela fraca dinâmica econômica, carente de indústrias e com uma agricultura pouco produtiva”.

Tabela 2 – Evolução da população e taxas de crescimento médio anual – 1980-2010

Município	População 1980	População 1991	População 2000	População 2010	TCP 80-91	TCP 91-00	TCP 00-10
Poté	15.915	14.676	14.780	15.667	-0,73	0,08	0,58
Nova Serrana	9.266	17.913	37.447	73.699	6,18	8,62	7,01
Minas Gerais	13.378.553	15.743.152	17.891.494	19.597.330	1,49	1,44	0,91
Brasil	119.002.706	146.825.475	169.799.170	190.732.694	1,93	1,64	1,17

Fonte: Santos et al (2014); dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 (IBGE).

Já o município de Nova Serrana, localiza-se na mesorregião do Oeste de Minas e na microrregião de Divinópolis, foi criado através da Lei Estadual nº 1.039, de 12 dezembro de 1953. Anteriormente era um distrito do município de Pitangui. O município de Nova Serrana, com uma extensão territorial de 283,9 km² possuía, de acordo os dados do Censo Demográfico de 2010 uma população de 73.699 habitantes.

Segundo Silva (2007), a região onde hoje está localizado o município de Nova Serrana esteve, até o século XVII, ocupada por paulistas, que viviam em pequenas propriedades, com produção agrícola de subsistência, apresando índios e em busca de metais preciosos. Pela distância dos grandes centros, no período colonial, a região também foi tomada por diversos quilombos.

Com a descoberta de metais preciosos em Minas Gerais, no século XVIII, ainda que próximo a regiões pertencentes ao ciclo do ouro, o local onde hoje é Nova Serrana estava localizado nos chamados sertões. Ou seja, local às margens das cidades, região de floresta e habitada por indígenas, fronteira do mundo dito civilizado. Estando no caminho que ligava São Paulo a Minas Gerais e Goiás, foi local de pousada, especialmente de contrabandistas de ouro, que acabou por formar o lugarejo. Daí o nome do povoado de Cercado, que a época era distrito de Pitangui, derivado do espaço destinado a guardar animais desses viajantes. (SILVA, 2007)

Depois do período aurífero, já no século XIX, Cercado desempenhou um importante papel com ranchos que abasteciam e hospedavam tropeiros. No final dos anos de 1800, de acordo com Suzigan e Furtado (2005), desenvolveu-se de forma intensa as atividades agrícolas e, especialmente, a pecuária. Era um local de parada de boiadeiros, usado para a venda de gado. Desta atividade resultou o trabalho artesanal ligado ao fabrico e conserto de selas e botinas, impulsionando o comércio local. Em decorrência, por volta de 1920, passou-se também a serem produzidas botas rústicas feitas de solado de pneu laminado. Em 1940 surgiu a primeira fábrica de botas. Essa produção era muito modesta, especialmente pela deficiência de energia e de rede de transportes, mas ainda assim estimulou o crescimento do distrito, que, de acordo com Crocco et all (2003), emancipou em 1954 com o nome de Nova Serrana, em referência a Velha Serrana, antigo nome da cidade de Pitangui.

Com a ligação de energia em 1967 e início do tráfego na BR 262 em 1969, a indústria de calçados deu um grande salto. A produção melhor se organizou, criando a Associação Comercial e Industrial de Nova Serrana (ACINS), em 1974. A indústria calçadista se diversificou, introduzindo os mocassins e as sandálias de couro. Em 1972 eram 48 fábricas, em 1985 já existiam 400, com uma média de 10 a 20 funcionários (CROCCO ET ALL, 2003).

Conforme Suzigan e Furtado (2005), com a crise econômica ocorrida em 1986, a indústria calçadista alterou sua linha produtiva, iniciando a produção de tênis. Contribuiu para o avanço desse setor a base tecnológica, especialmente a disponibilidade de materiais sintéticos no mercado e a organização industrial. Em 2002, segundo o Sindicato de Indústria de Nova Serrana, havia um total de 854 empresas, com uma produção de 350 mil pares de tênis por dia. Um grande

facilitador para o crescimento foi a localização de Nova Serrana, tanto no acesso aos mercados como na aquisição de matéria-prima. As resinas termoplásticas, principal matéria-prima para o fabrico do tênis, são trazidas de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Os mesmos autores corroboram com a ideia de que foi nos anos de 1980 que ocorreu o crescimento acelerado da produção de calçados – em especial os esportivos – em Nova Serrana. Tal crescimento teria sido motivado principalmente por dois fatores:

1.o aproveitamento pelos fabricantes locais da “janela de oportunidade” oferecida pelo boom do material sintético; 2.a simplicidade na fabricação de tênis em comparação ao calçado de couro. (SUZIGAN; FURTADO, 2005, p. 103).

A produção está voltada para tênis infantis e adultos, material esportivo e sandálias, com o produto destinado ao mercado interno. De modo geral, essas fábricas empregam entre 20 a 110 pessoas. Como a população foi insuficiente para a demanda de mão-de-obra, houve a atração para força de trabalho e tais atividades se estenderam a diversos municípios vizinhos, em um raio de ação de 40 quilômetros, que participam da produção e fornecem mão-de-obra. Mais de cem ônibus partem diariamente de municípios como Oliveira, Bom Despacho e Pitangui para Nova Serrana (SUZIGAN; FURTADO, 2005).

A partir da década de 1980, Nova Serrana teve de se adequar a uma nova realidade: “A cada dia, a cada mês, a cidade recebia um imenso número de novos moradores, em sua maioria migrantes oriundos das mais diversas partes do Brasil, atrás das oportunidades de trabalho oferecidas pela cidade que crescia” (SILVA, 2007, p. 50). Pode-se perceber o impacto recebido pela cidade com o crescimento populacional. Em 1980 a população era de 9.275, em 2007, Nova Serrana tinha 60.220 habitantes. Atualmente, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, o município tem uma população de 73.699 habitantes. Segundo Gildett Soares Fonseca (2011), tendo como referência os dados do IBGE, em 2009, Nova Serrana contava com 67.967 habitantes, 69 bairros e 950 fábricas de calçados de pequeno porte. De acordo com os dados citados por Fonseca, desse total de habitantes, 22% são migrantes. Segundo Silva (2007), Nova Serrana é uma região com alto nível de empregabilidade, mas com baixos salários e alto grau de informalidade.

O seu PIB em 2012 foi de R\$1.092.307.000,00 – quase onze vezes maior que o de Poté –, e o PIB per capita R\$13.796,28, mais que o dobro do de Poté. O setor de serviços foi responsável pela maior parcela do PIB, com o valor de R\$608.705.000,00 (55,73%). Entretanto, o setor industrial também teve uma participação importante, sendo que o valor adicionado ao PIB por esse setor foi de R\$322.931.000,00 (29,56%), ficando a agricultura responsável por apenas R\$12.825.000,00 (1,17%). Santos et al (2014) ressaltam que a localização privilegiada de Nova Serrana, às margens da BR-262, possibilita o fácil acesso aos mercados consumidores de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, além de possuir ligações rodoviárias com outras regiões do país.

O IDH do município, que em 2000 era de 0,614, chegou a 0,715 em 2010, colocando Nova Serrana, segundo os critérios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre os municípios brasileiros com alto nível de desenvolvimento humano. Com relação a TCP (Tabela 2), a população do município vem apresentando um crescimento a taxas extremamente altas desde a década de 1980 – superiores a 6,00% –, o que pode ser explicado, em grande parte, pelo grande número de imigrantes que o município tem recebido, atraídos pela criação de empregos nas atividades econômicas locais.

Outro indicador, que pode ser usado para diferenciar os dois municípios é o número de empresas. Segundo os dados do IBGE⁸, em 2013 havia 2.424 empresas atuando no município de Nova Serrana, enquanto que em Poté havia apenas 169.

Nova Serrana, como destacado acima, apresenta uma economia dinâmica e com isso atrai muitos imigrantes. Em contrapartida, Poté apresenta sinais de estagnação econômica e um baixíssimo crescimento populacional.

Santos et al (2014), a partir do quesito de data fixa do Censo Demográfico de 2010, ressalta que 608 indivíduos que em 2005 estavam morando em Poté, e que estavam residindo em Nova Serrana na época da realização do censo. Apesar desse número não ser muito grande, ele representa 48,80% do total de emigrantes e 4% da população de Poté em 2010.

Vê-se claramente, no caso de Poté e Nova Serrana, a importância dos fluxos migratórios intraestaduais na distribuição espacial da população, tal qual destacado por Brito e Horta (2002). Também como destacado por esses autores, as regiões em processo de mudança – no caso deste estudo, Nova Serrana – tenderiam a

⁸ IBGE, Cadastro Central de Empresas 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

receberem população que, em sua maior parte, de regiões estagnadas – no caso, Poté.

4 METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de coletar informações sobre os municípios de Poté e Nova Serrana.

Foram levantados os indicadores socioeconômicos dos municípios, sendo os principais: IDH, PIB, valor adicionado ao PIB por cada setor produtivo, PIB per capita, número de empresas atuando no município e o grau de urbanização.

A partir das informações dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 foram calculadas as taxas de crescimento populacional, além dos saldos migratórios e as taxas líquidas de migração.

Por fim, foram utilizados os dados de um *survey* realizado no município de Poté, cujos objetivos principais eram o de traçar o perfil dos indivíduos que emigraram e captar os elementos motivadores dos movimentos migratórios para outras regiões de Minas Gerais e do País, com enfoque especial no fluxo Poté-Nova Serrana. Em síntese, o *survey* teve como foco as questões relacionadas às características individuais e de mobilidade. O *survey* foi realizado no âmbito da pesquisa “Migração interestadual em Minas Gerais: análise do fluxo migratório entre Poté e Nova Serrana”, coordenada pelo professor Dr. Mauro Augusto dos Santos⁹.

A população que foi objeto de estudo do *survey* foi composta pelos chefes dos domicílios existentes no município de Poté segundo os dados do Censo Demográfico de 2010. Foi feita uma amostragem aleatória simples sem reposição e, considerando-se um universo de 5.738 domicílios no município, um nível de confiança de 95,0% e uma margem de erro de 6,0%, foram entrevistados 257 chefes de domicílio.

Para o cálculo da margem de erro foi utilizada a seguinte fórmula,

$$E = z_{\alpha/2} \sqrt{\frac{p \cdot q}{n}} \sqrt{\frac{N - n}{N - 1}} \quad \text{onde}$$

N é tamanho da população;

n é o tamanho da amostra;

⁹ Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Vale do Rio Doce sob o Parecer CEP/UNIVALE 47806315.3.0000.5157 – 18/08/2015 .

$p = x/n$ é a probabilidade de que o evento ocorra em uma amostra de tamanho n ;

$q = 1-p$ é a probabilidade de que o evento não ocorra em uma amostra de tamanho n ;

$Z_{\alpha/2}$ é o valor crítico que separa os valores das estatísticas amostrais prováveis de ocorrerem dos valores pouco prováveis. Ele irá delimitar uma fronteira vertical de uma área $\alpha/2$ na cauda direita da distribuição normal padronizada. Para um nível de confiança de 95% temos que $Z_{\alpha/2}$ é igual a 1,96.

$\sqrt{\frac{N-n}{N-1}}$ é o fator de correção para população finita¹⁰.

Como não escolhemos a priori nenhum parâmetro para encontrar os valores de p e q , atribuímos a estes o valor de 0,5, o que assegura um tamanho máximo para a amostra.

A amostra foi distribuída proporcionalmente entre os 25 setores censitários que compõem o município, que podem ser visualizados nas figuras 2 e 3. Dentro de cada setor censitário, os domicílios da amostra foram escolhidos aleatoriamente tendo o cuidado de distribuí-los entre as ruas/estradas de cada setor, não sendo permitido a aplicação do questionário em domicílios vizinhos e um número máximo de três questionários por rua/estrada.

Os questionários foram aplicados por um grupo composto por 12 pesquisadores, incluindo a autora dessa dissertação e seu orientador, que também é o coordenador do projeto ao qual o *survey* está vinculado, professor Dr. Mauro Augusto dos Santos. Cada pesquisador ficou encarregado de um grupo de setores censitários.

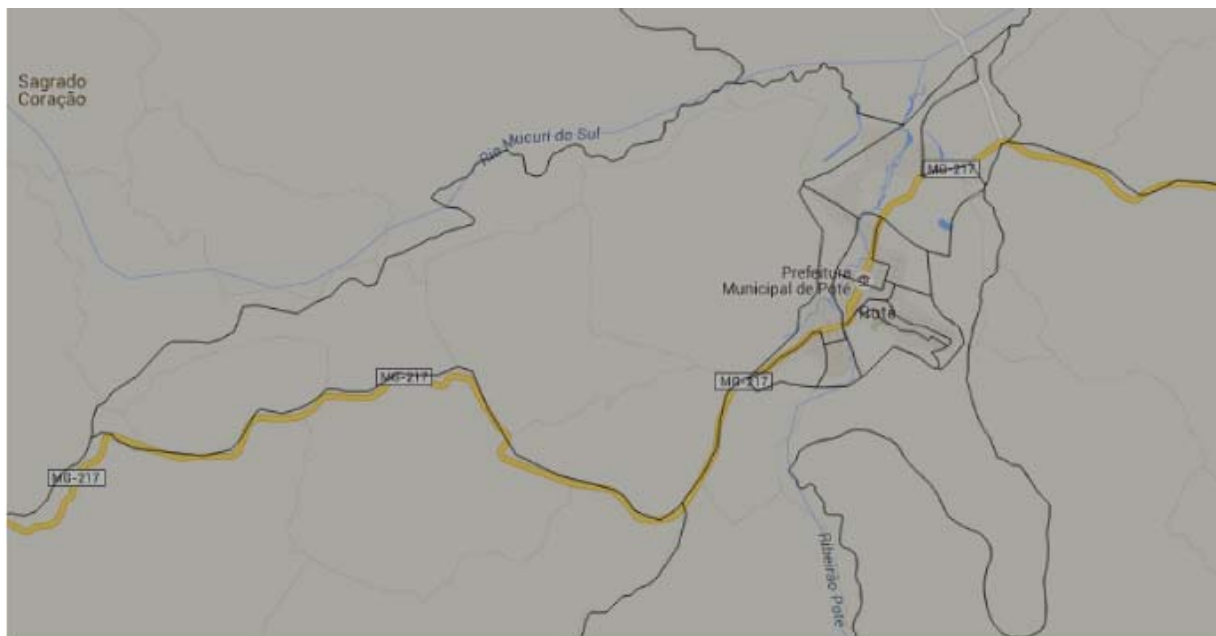
¹⁰ Como o fator amostral ($n/N = 0,045$) é menor que 0,05, não foi utilizado o fator de correção para população finita.

Figura 2 – Setores censitários do município de Poté-MG



Fonte: Malha de setores censitários, IBGE

Figura 3 – Principais setores censitários da área urbana do município de Poté-MG



Fonte: Malha de setores censitários, IBGE

Para a realização das entrevistas, foi utilizado um questionário estruturado como instrumento de coleta (ver Anexo 1).

Em um primeiro momento o pesquisador apresentava a pesquisa e os objetivos da mesma para o indivíduo a ser entrevistado. Havendo o consentimento do morador em participar da pesquisa e após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – ver Anexo 2 –, era realizada a coleta das informações.

Além da aplicação do questionário, os pesquisadores foram orientados a anotarem no verso do questionário todas as informações fornecidas pelos entrevistados que estivessem associadas a mobilidade populacional, ou que achessem de alguma forma relevantes.

Com relação ao trabalho de campo da pesquisa, que foi realizado no município de Poté nos meses de outubro e novembro de 2015, cabe ressaltar algumas ocorrências. O pesquisador responsável pelo setor¹¹ censitário 5, no qual deveriam ser aplicados 8 questionários, aplicou apenas 4, pois logo que entrou no setor, foi aconselhado pelos moradores a não adentrar mais no mesmo, pois haveria risco de morte, tendo em vista que o local era extremamente violento. Mais dois pesquisadores foram alertados sobre outras áreas em que seria perigoso tentar aplicar o questionário, mas os mesmos já haviam realizados as entrevistas nessas áreas sem passarem por qualquer tipo de constrangimento.

Depois de aplicados, os questionários passaram por um processo de codificação, no qual foram atribuídos valores numéricos para cada categoria de cada variável. Após isso, as respostas dadas aos questionários foram transferidas para um banco de dados, que foi analisado com o uso do software IBM SPSS Statistics, versão 21. Foram então elaboradas estatísticas descritivas visando cumprir com os objetivos dessa dissertação. Os resultados dessa análise serão apresentados na seção seguinte.

¹¹ O setor censitário, cujo código do IBGE é 315240205000005, fica na área urbana do município.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tendo sido exposto todo o arcabouço teórico que dá sustentabilidade a presente dissertação, bem como feito a caracterização do território que é o objeto de estudo da mesma e a descrição da metodologia utilizada, nesta sessão serão apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da análise dos dados colhidos na pesquisa de campo realizada no município de Poté.

Dentro do total de 257 domicílios da amostra, foram identificados 115 (44,7%) nos quais algum membro, que antes ali residia, estava morando em outro lugar, o que possibilitou a obtenção de dados de 223 indivíduos. Como pode ser observado na Tabela 3, apenas 17 (7,6%) permaneceram em Poté¹². Os principais destinos procurados foram Belo Horizonte (19,3%), Nova Serrana-MG (16,1%) e São Paulo (14,4%). Com exceção da capital mineira e paulista, poucos emigrantes – apenas 4,9% – buscaram outras capitais de estados brasileiros, dirigindo-se para Brasília-DF, Vitória-ES, Rio de Janeiro-RJ e Salvador-BA. Os dados confirmam que o fluxo para Nova Serrana é realmente importante. Entretanto, dada a pulverização dos dados, não é possível caracterizar especificamente os emigrantes que se destinaram para Nova Serrana, tendo em vista que os mesmos totalizam apenas 36 indivíduos.

O baixo percentual de pessoas que, após deixarem seus domicílios de origem, permaneceram no município de Poté (apenas 7,6%), de certa forma confirma o quadro de estagnação econômica ressaltado por Santos et al (2014) e retratado no Capítulo 3, o que explicaria a dificuldade dessas pessoas em permanecerem no município.

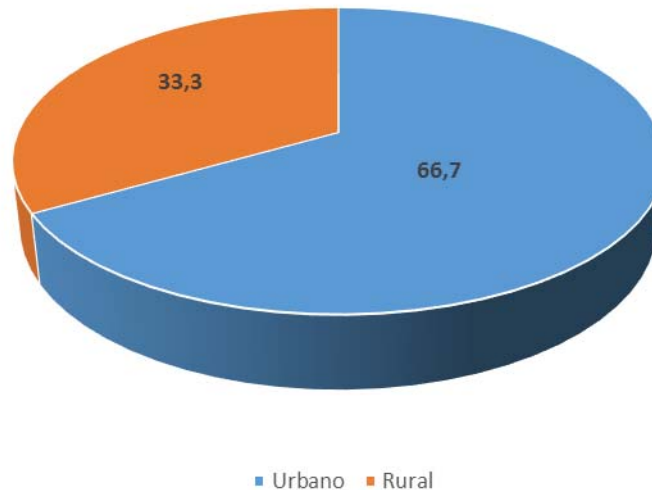
¹² Como 92,4% dos indivíduos que deixaram os domicílios que compuseram a amostra não permaneceram no município de Poté, optou-se por, no decorrer da análise, nomear esses indivíduos como emigrantes. Deve ser ressaltado que, entre os que deixaram o domicílio e residem em Poté, há alguns casos relatados pelos pesquisadores que realizaram o trabalho de campo de indivíduos que moraram em outros municípios – incluindo do exterior, principalmente os EUA – e que estão agora residindo em Poté.

Tabela 3 – Emigrantes de Poté-MG: Principais destinos escolhidos

Município	Frequência	%	% acumulado
Belo Horizonte - MG	43	19,28	19,28
Nova Serrana - MG	36	16,14	35,43
São Paulo - SP	32	14,35	49,78
Outros municípios de MG	21	9,42	59,19
Estados Unidos	18	8,07	67,26
Teófilo Otoni - MG	17	7,62	74,89
Poté-MG	17	7,62	82,51
Outros municípios de SP	14	6,28	88,79
Municípios de outras UFs	13	5,83	94,62
Municípios do ES	10	4,48	99,10
Sem informação	2	0,90	100,00
Total	223	100,00	***

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

Com relação à situação de domicílio (Figura 4), a maior parte dos emigrantes (66,7%) teve como origem a zona urbana do município.

Figura 4 – Emigrantes de Poté-MG: Situação de Domicílio

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

Como pode ser observado na Tabela 4, a maior parte dos emigrantes deixaram domicílios com uma renda domiciliar muito baixa. Do total de emigrantes, 40,9% deles deixaram domicílios cuja renda total na época de realização da pesquisa não alcançava um salário mínimo¹³. Se considerarmos os domicílios com renda inferiores a dois salários mínimos, esse percentual aumenta para 70,4%.

¹³ Na pesquisa foi utilizado o valor do salário mínimo vigente no Brasil no ano de 2015, equivalente a R\$788,00.

Tabela 4 – Emigrantes de Poté-MG: principais destinos escolhidos

Renda domiciliar	Frequência	%	% acumulado
Menos de meio SM	9	7,83	7,83
Entre meio e 1 SM	38	33,04	40,87
Entre 1 e 2 SM	34	29,57	70,43
Entre 2 e 3 SM	17	14,78	85,22
Entre 3 e 4 SM	6	5,22	90,43
Entre 4 e 5 SM	2	1,74	92,17
Entre 5 e 10 SM	2	1,74	93,91
Acima de 10 SM	2	1,74	95,65
Sem informação	5	4,35	100,00
Total	115	100,00	***

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

Os dados acima apresentados não diferem muito se considerarmos o total de domicílios incluídos na amostra (n=257), pois os percentuais são muito próximos, com 41,3% dos domicílios com renda inferior a um salário mínimo e 69,7% inferior a dois salários mínimos. Esses dados apontam para a já mencionada precariedade de recursos do município. A baixa renda domiciliar pode ser considerada um elemento motivador da migração, tendo em vista que a saída de um membro do domicílio diminuiria a pressão sobre os recursos do mesmo. Haveria também a possibilidade de que a renda domiciliar fosse incrementada pela remessa de recursos feita por antigos membros que estão residindo em outros locais. Adiante verificaremos se houve ou não um incremento da renda domiciliar através de remessas dos emigrantes

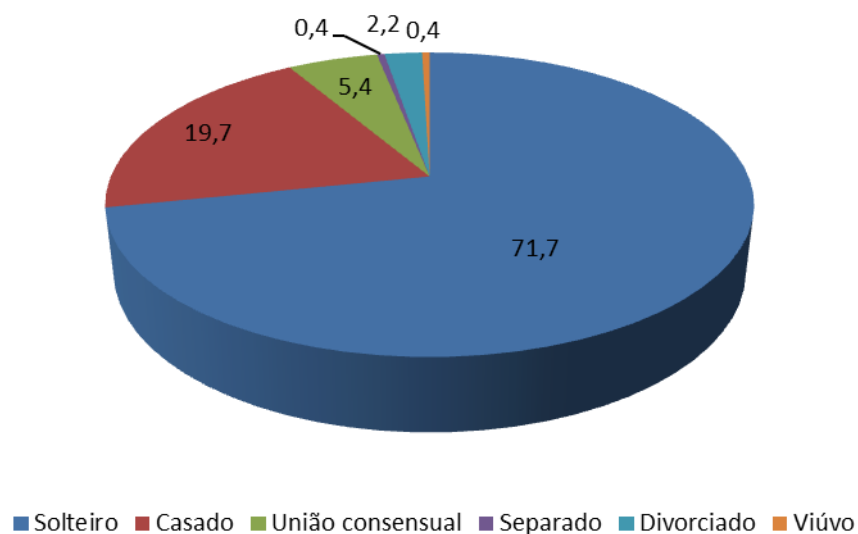
Não houve diferencial entre os emigrantes com relação ao sexo. Os homens representaram 50,2% da amostra e as mulheres 49,8%.

Foi possível levantar a idade em que 136 indivíduos (61,0%) deixaram o domicílio¹⁴. A idade média ao deixar o domicílio foi de 23 anos, com desvio padrão de 6,5 anos, sendo que a idade mínima foi 12 e a máxima 54 anos. Jovens e adolescentes com idade entre 12 e 17 anos representam apenas 13,2% do total (n=136), enquanto jovens com idade entre 18 e 29 anos somam 73,5%, o que aponta para a dificuldade da população que se encontra na faixa etária mais produtiva de permanecer no município.

¹⁴ Em 22 casos (9,9%), os entrevistados não souberam fornecer a idade atual ou ano de partida do indivíduo que havia deixado o domicílio e, em 65 casos (29,1%), o indivíduo havia deixado o domicílio há mais de 10 anos, não conseguindo o entrevistado precisar o ano exato em que ocorreu a partida.

A maior parte dos que deixaram os domicílios eram solteiros (71,7%). Os casados e em união estável totalizaram 25,1% e os demais (separados, divorciados e viúvos) 3,2% - ver Figura 2. Metade dos solteiros (n=160) ainda permanecia com o mesmo estado civil na época de realização da pesquisa e 46,3% estavam casados. Entre os que eram casados na época em que emigraram (n=56), apenas um indivíduo havia se separado/divorciado.

Figura 5 – Emigrantes de Poté-MG: Estado civil



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

Chama a atenção o baixo nível educacional entre os que deixaram os domicílios que compõem a amostra (n=223). Como pode ser visualizado na Tabela 5, temos que 42,6% possuíam no máximo o ensino fundamental completo, 43,1% possuíam o ensino médio completo ou incompleto e apenas 8,5% possuíam ensino superior, completo ou não. Se levarmos em conta o grupo de indivíduos para os quais foi possível identificar a idade ao migrar (n=136), temos que 30,1% desses possuíam no máximo o ensino fundamental e, desses, 73,2% tinham idade superior a 15 anos. Ou seja, estavam defasados em termos de escolaridade.

Tabela 5 – Emigrantes de Poté-MG: Nível de escolaridade

Nível educacional	Frequência	%	% acumulado
Sem instrução	5	2,24	2,24
Ensino fundamental incompleto	60	26,91	29,15
Ensino fundamental completo	29	13,00	42,15
Ensino médio incompleto	35	15,70	57,85
Ensino médio completo	61	27,35	85,20
Ensino superior incompleto	4	1,79	87,00
Ensino superior completo	15	6,73	93,72
NS	14	6,28	100,00
Total	223	100,00	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

Os dados da Tabela 6 mostram que as mulheres são mais escolarizadas que os homens. O percentual de mulheres com escolaridade muito baixa (26,1%) – sem instrução ou fundamental incompleto – é menor que o de homens (32,1%). Na mesma direção, o percentual de mulheres que possuíam ensino médio incompleto ou completo (48,7%) ou ensino superior completo ou não (10,8%) é superior ao dos homens, respectivamente 37,5% e 6,6%.

Tabela 6 – Emigrantes de Poté-MG: Nível de escolaridade por sexo

Sexo	Sem instrução	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo	Sem informação	Total
Masculino	1,79	30,36	19,64	16,96	20,54	1,79	4,46	4,46	100,00
Feminino	2,70	23,42	6,31	14,41	34,23	1,80	9,01	8,11	100,00

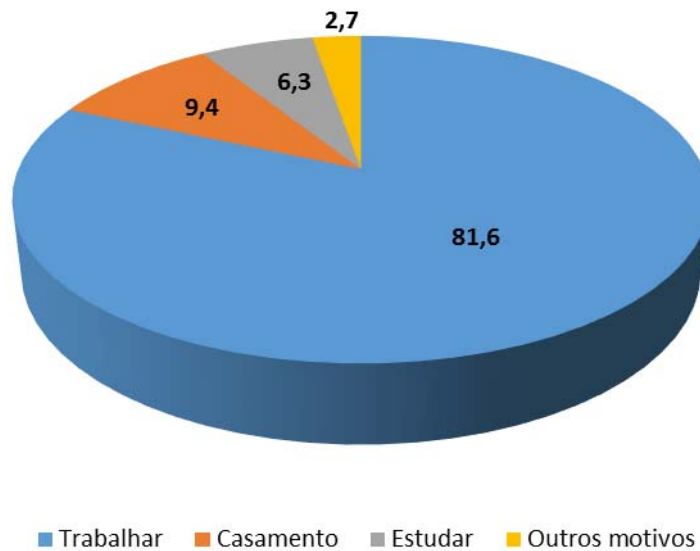
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

Outro dado interessante é que, do total de pessoas que compõem a amostra (n=223), apenas 13,0% possuíam um nível de escolaridade na época de realização da pesquisa maior que o da época em que deixaram o domicílio. Ou seja, a grande maioria não conseguiu melhores condições de vida nos locais de destino que favorecessem o investimento em seu capital cultural.

Os entrevistados apontaram os motivos que levaram os antigos membros (n=223) a deixarem seus domicílios. A necessidade de trabalhar, como pode ser observado na Figura 6, foi o grande motivador na maioria dos casos (81,6%). Os indivíduos que se casaram e que, devido a isso, deixaram o domicílio para constituir um novo representaram 9,4% e os que saíram para estudar, 6,3%. Outros motivos

totalizaram apenas 2,7%.

Figura 6 – Emigrantes de Poté-MG: motivos para deixar o domicílio



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

A Tabela 7 mostra os principais destinos escolhidos pelos emigrantes de acordo com a motivação para migrar. Entre os indivíduos cuja motivação para migrar foi a busca por trabalho, temos que os principais destinos escolhidos foram Belo Horizonte-MG (21,4%), Nova Serrana-MG (18,7%), São Paulo-SP (14,8%), Estados Unidos (9,3%) e outros municípios de Minas Gerais (7,69%). Entre os indivíduos que casaram e constituíram um novo domicílio, vemos que a maior parte permaneceu em Poté (47,6%). Já entre os que emigraram para estudar vemos que o principal destino escolhido foi Teófilo Otoni-MG (42,9%).

Tabela 7 – Emigrantes de Poté-MG: motivos para deixar o domicílio e local de residência atual

Município de residência atual		Motivo para deixar o domicílio (rec)				Total
		Trabalhar	Casamento	Estudar	Outros motivos	
Belo Horizonte - MG	Freq.	39	1	3	0	43
	%	21,43	4,76	21,43	0,00	19,28
Nova Serrana - MG	Freq.	34	1	0	1	36
	%	18,68	4,76	0,00	16,67	16,14
São Paulo - SP	Freq.	27	3	1	1	32
	%	14,84	14,29	7,14	16,67	14,35
Outros municípios de MG	Freq.	14	4	2	1	21
	%	7,69	19,05	14,29	16,67	9,42
Estados Unidos	Freq.	17	0	0	1	18
	%	9,34	0,00	0,00	16,67	8,07
Teófilo Otoni - MG	Freq.	9	2	6	0	17
	%	4,95	9,52	42,86	0,00	7,62
Poté-MG	Freq.	5	10	1	1	17
	%	2,75	47,62	7,14	16,67	7,62
Outros municípios de SP	Freq.	13	0	0	1	14
	%	7,14	0,00	0,00	16,67	6,28
Municípios de outras UFs	Freq.	13	0	0	0	13
	%	7,14	0,00	0,00	0,00	5,83
Municípios do ES	Freq.	9	0	1	0	10
	%	4,95	0,00	7,14	0,00	4,48
Sem informação	Freq.	2	0	0	0	2
	%	1,10	0,00	0,00	0,00	0,90
Total	Freq.	182	21	14	6	223
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

Vemos que a imensa maioria dos entrevistados deixou Poté em busca de trabalho, o que novamente confirma o que foi dito anteriormente quando se classificou o município como estando em uma situação de estagnação econômica, com os dados apontando que o município apresenta uma demanda por mão-de-obra não compatível com a oferta.

Assim, se considerado a situação socioeconômica dos emigrantes de Poté, bem como as concepções de território aqui apresentadas, pode-se perceber a materialização de processos de territorialização, desterritorialização, reterritorialização (SAQUET,2009).

Não é de se estranhar que entre os principais destinos procurados pelos

emigrantes que apresentaram como motivo do movimento migratório a necessidade de encontrar emprego estejam Belo Horizonte e São Paulo, dois grandes municípios e que são capitais de seus estados. Apresentando uma economia mais dinâmica, estes municípios oferecem muitos postos de trabalho. No caso do município de Nova Serrana-MG, como já destacado na introdução desse trabalho, trata-se de um município que ilustra bem o processo de desconcentração industrial iniciado no Brasil na década de 1970. Sendo conhecida como um grande polo calçadista, Nova Serrana sofreu um acelerado processo de crescimento industrial, passando a receber um número considerável de imigrantes (ANÍCIO, 2011).

Considerando que um dos objetivos específicos desta dissertação é o de verificar qual a importância de Nova Serrana como destino escolhido pelos emigrantes de Poté, o fato de Nova Serrana aparecer na pesquisa como um dos principais destinos escolhidos pelos emigrantes confirma a importância deste fluxo, tal qual apontado por Anício (2011) e Santos et al (2010).

Também foi indagado aos nossos entrevistados quais eram as atividades desenvolvidas pelas pessoas que deixaram o domicílio na época em que emigraram e qual seria a atividade desses na época de realização da pesquisa. Os dados da Tabela 8 mostram as principais atividades de homens e mulheres antes e depois de emigrarem. Entre os homens (n=112) a maior parte era trabalhador rural antes de emigrar (32,1%), 7,1% era estudantes e, aqueles que não trabalhavam ou estavam desempregados, totalizavam 10,7%. Entre as mulheres (n=111) temos que a principal atividade desenvolvida antes de emigrar é a de empregada doméstica (19,8%). O percentual de mulheres que eram trabalhadoras rurais vem logo em seguida, com 17,2%, e as que não trabalhavam ou estavam desempregadas, totalizavam 19,8%. Apesar da pulverização dos dados, é fácil perceber que a maior parte dos emigrantes estavam envolvidos em atividades com baixa remuneração, o que se mantém após a emigração de Poté. Entre os homens, vemos que as principais atividades desenvolvidas por esses nos locais de destinos eram: trabalhador da construção civil (17,0%), trabalhador rural (7,14%) e trabalhador em fábrica de sapatos (6,25%). Já entre as mulheres, novamente as que eram empregadas doméstica eram a maioria (19,8%), sendo seguidas das que se tornaram dona de casa (9,0%) e as que trabalhavam fábricas de sapatos (6,3%).

Tabela 8 – Emigrantes de Poté-MG: Atividade antes e após emigração por sexo

	Masculino (n=112)			Feminino (n=111)		
	Atividade	%	% acumulado	Atividade	%	% acumulado
Atividade antes de emigrar	Trabalhador rural	32,14	32,14	Empregada doméstica	19,82	19,82
	Estudante	7,14	39,29	Trabalhador rural	17,12	36,94
	Não trabalhava	5,36	44,64	Não trabalhava	11,71	48,65
	Desempregado	5,36	50,00	Desempregado	8,11	56,76
	Pedreiro	4,46	54,46	Estudante	6,31	63,06
	Comerciário	4,46	58,93	Balconista	4,50	67,57
	Venda de picolé	3,57	62,50	Comerciário	4,50	72,07
	Trabalhador braçal	3,57	66,07	Vendedor	4,50	76,58
	Autônomo	3,57	69,64	Agricultor	2,70	79,28
	Sem informação	2,68	72,32	Sem informação	4,50	83,78
	Outras atividades	27,68	100,00	Outras atividades	16,22	100,00
	Total	100,00	***	Total	100,00	***
	Atividade depois de emigrar	Atividade	%	% acumulado	Atividade	%
Trabalhador da construção civil		16,96	16,96	Empregada doméstica	19,82	19,82
Trabalhador rural		7,14	24,10	Dona de casa	9,01	28,83
Fábrica de sapatos		6,25	30,35	Fábrica de sapatos	6,31	35,14
Garçom		4,46	34,82	Caixa	3,60	38,74
Trabalhador braçal		4,46	39,28	Gerente - comércio	2,70	41,44
Comerciante		4,46	43,75	Balconista	2,70	44,14
Comerciário		4,46	48,21	Cuidadora de idosos	2,70	46,85
Taxista		2,68	50,89	Assistente social	2,70	49,55
Frigorífico		2,68	53,57	Desempregado	2,70	52,25
Sem informação		10,71	64,28	Sem informação	9,01	61,26
Outras atividades		35,72	100,00	Outras atividades	38,74	100,00
Total		100,00	***	Total	100,00	***

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

Os dados da pesquisa também apontam para a importância das redes sociais. Do total de emigrantes, 40,0% tinha parentes residindo no local de destino, 17,5% tinham amigos e 9,9% tinham parentes e amigos. Ou seja, 67,4% tinham alguma pessoa conhecida residindo no local que escolheram como destino. Foi indagado ao entrevistado se essas pessoas haviam de alguma forma ajudado o emigrante no local de destino e a resposta foi afirmativa para 76,7% dos casos. Esses dados confirmam o que autores como Massey et al (1993), Santos et al (2010) e Marandola e Gallo (2010) – abordados no Capítulo 2 desta dissertação – ressaltam em seus trabalhos sobre a importância das redes sociais, no sentido de

prestarem apoio ao emigrante no local de destino e facilitarem o movimento migratório, reduzindo os riscos associados a ele. Massey et al (1993) afirma que as redes sociais teriam um papel de destaque na perpetuação dos fluxos migratórios. Embora não tenha sido explorado exhaustivamente o tema através de questões específicas no questionário aplicado, pode-se perceber a importância das redes nos movimentos migratórios que tiveram Poté como origem. Com certeza, a ajuda prestada aos emigrantes mesmo antes do movimento migratório – com informações sobre o possível local de destino, por exemplo – deve ser considerado como um forte fator para explicar a perpetuação de fluxos migratórios como o configurado entre Poté e Nova Serrana.

Foi indagado ao entrevistado se as pessoas que deixaram o domicílio (n=223) enviavam dinheiro para ajudar no orçamento doméstico. A grande maioria dos emigrantes (83,9%) não enviava dinheiro para os seus domicílios de origem. Entre os que enviavam alguma quantia em dinheiro para ajudar nas despesas (16,1%), a maioria enviava mensalmente um valor equivalente a um salário mínimo vigente na época de realização da pesquisa (R\$788,00). Apesar do pequeno número de emigrantes que enviava dinheiro para os seus domicílios de origem – apenas 36 –, o valor remetido por esses foi considerado importante para o orçamento do doméstico em 94,4% dos casos.

Considerando que um dos objetivos específicos desta dissertação é o de verificar se os emigrantes efetuavam remessas para os seus domicílios de origem no município de Poté e, em caso afirmativo, qual seria a importância dessas para a melhoria da qualidade de vida dos domicílios receptores, vemos que os dados mostram que apenas uma pequena parcela dos emigrantes contribui no orçamento doméstico de seus domicílios de origem. Um dos motivos de se questionar a esse respeito seria a possibilidade de se confirmar ou não os efeitos da privação relativa, conceito criado pelos Novos Economistas da Migração do Trabalho (Stark & Bloom, 1985; Stark & Taylor, 1989; Stark & Taylor, 1991; Taylor, 1986), também discutido no Capítulo 2.

Considerando o seu grupo de referência, a migração de um ou mais membros do domicílio representaria uma possibilidade de melhorar a posição relativa do domicílio dentro do grupo, através principalmente das remessas enviadas pelos emigrantes e que promoveriam uma melhoria da qualidade de vida. Mas como esses

teóricos ressaltam, haveria o risco de que o indivíduo, após migrar, substituísse o seu o grupo de referência por um grupo do local de destino, levando o seu domicílio de origem a não reduzir o seu sentimento de privação relativa, como até mesmo, aumentá-lo (Stark & Taylor, 1989). Como apontado acima, os dados da pesquisa não apontaram para a ocorrência desse efeito da migração que é apontado por Massey et al (1993) como um dos motivadores de novos movimentos migratórios. Embora os dados da pesquisa não forneçam embasamento para uma afirmação categórica, os relatos colhidos no trabalho de campo e a realidade econômica de Poté, indicam que a saída de um ou mais membros parece representar mais uma redução da pressão sobre os recursos do domicílio, do que a possibilidade de um aumento da renda do mesmo a partir das remessas feitas pelos membros que emigraram.

Em síntese, os dados apontam que a maioria dos emigrantes de Poté deixaram domicílios cuja renda domiciliar é muito baixa, são indivíduos jovens (18 e 29 anos), solteiros, sem diferencial de sexo, com baixa escolaridade, que estavam desempregados ou exerciam atividades mal remuneradas em Poté e que deixaram o município principalmente motivados pela busca de emprego e uma melhor remuneração pelo trabalho. Eles escolheram, como destino, municípios que apresentavam uma economia mais dinâmica – entre eles, Nova Serrana –, e acabaram por exercer nestes lugares atividades que exigem pouca especialização e que, apesar de mal remuneradas, representavam a possibilidade de ganhar bem mais que no município de origem.

CONCLUSÃO

Conforme já mencionado, o processo de urbanização brasileiro foi marcado pelos movimentos migratórios. Inicialmente, os principais destinos procurados pelos migrantes que desejavam se deslocar das áreas rurais para as zonas urbanas com o objetivo de tentar alcançar uma melhoria em seu padrão de vida, eram as grandes metrópoles. Com o passar dos tempos, todavia, os municípios de médio porte e os novos centros emergentes começaram a despontar como destinos de migrantes.

Os dados apresentados confirmam a afirmação acima. Eles mostram que enquanto o percentual de indivíduos que deixaram seus domicílios e se dirigiram para municípios que são capitais de estados brasileiros foi de 38,6%, os que se dirigiram para municípios do interior dos estados totalizaram 52,4%, sendo que 47,1% apenas para o interior dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Assim como apontado na literatura, Nova Serrana aparece como um dos principais destinos desses emigrantes, ficando atrás apenas de Belo Horizonte.

Confirmando o que foi destacado no referencial teórico, o papel das redes foi fundamental na perpetuação desses movimentos, o que é fica claro com o fato de que quase 70,0% de emigrantes tinham alguma pessoa conhecida residindo no local que escolheram como destino e que, mesmo considerando os baixos custos e riscos associados à migração interna – principalmente se comparados aos associados à migração internacional –, 77,0% afirmaram que foram ajudadas pelas pessoas de sua rede.

Grande parte desses movimentos migratórios podem ser explicados em razão da existência no Brasil de uma grande desigualdade regional que leva a estagnação econômica no local de origem, em contraposição a maiores oportunidades de emprego e renda no local de destino. Isso explica o fato de mais de 80,0% dos emigrantes terem deixado seus domicílios para procurar trabalho. Ou seja, foram buscar em outros municípios o que não encontravam em Poté. E mesmo que, devido principalmente a baixa escolaridade da maioria dos emigrantes, esses acabem por ocupar postos de trabalho que exigem pouca especialização, o salário obtido nessas ocupações é consideravelmente maior do que o que a maioria receberia se permanecesse em Poté – além de ser uma renda fixa, algo que muitos

não possuíam no local de origem. Daí a frase de um dos entrevistados explicando o motivo de tantos moradores de Poté terem se mudado para Nova Serrana: “Lá [em Nova Serrana] é fácil arrumar um emprego para ganhar mil reais... e sem ter muito estudo”.

Ao deixarem o município de Poté em busca de um emprego que lhes garanta melhores condições de vida, os emigrantes são levados a promover um processo de desterritorialização, sem, contudo, abandonarem suas respectivas experiências de vida, o que acaba por refletir diretamente no processo de reterritorialização que àquele se mostra intrínseco.

Tal fato fica evidente na análise do perfil do migrante, sendo em sua maioria indivíduos de baixa escolaridade e que estavam envolvidos em atividades com baixa remuneração em Poté, o que se manteve após a emigração. Ou seja, apesar de, em muitos casos, passarem a auferir uma renda maior do que a que detinham na origem, não conseguiram melhores condições de vida nos locais de destino ao ponto de favorecer o investimento em seu capital cultural, talvez por exercerem nestes lugares atividades que também exigiam pouca especialização.

Cabe ressaltar os impactos desses movimentos migratórios internos no município de Poté, cuja identificação constitui o objetivo principal dessa dissertação.

A emigração internacional, como destacado na introdução desse trabalho, fez surgir novas casas e prédios, além de novos empreendimentos nesse município, tudo isso alavancado pelas remessas enviadas do exterior pelos emigrantes e, visando um retorno futuro, investidas em seu município de origem (MELLO et al, 2012). Infelizmente, com a crise econômica mundial, essas remessas acabaram por minguarem.

Ao contrário, no caso da migração interna, não é possível listar grandes efeitos positivos desses movimentos populacionais.

Considerando que a maior parte (40,9%) dos domicílios de origem dos emigrantes possuía uma renda total inferior a um salário mínimo e que se considerarmos uma renda domiciliar de até dois salários mínimos, essa faixa de renda abarca 70,4% desses domicílios, chama a atenção o fato de que apenas 16,1% dos emigrantes enviarem dinheiro para ajudar nas despesas dos domicílios nos quais residiam anteriormente. Ressaltando que, apesar do pequeno número de domicílios beneficiados com o dinheiro enviado por antigos membros que emigraram

(apenas 36), em 94,4% dos casos o valor remetido foi considerado importante para o orçamento do doméstico.

Ao que tudo indica, os indivíduos que emigram acabam por ter que lutar para se manter e melhorar a sua qualidade de vida no local de destino, não havendo muita folga em seu orçamento que os permitam auxiliar seus domicílios de origem. Nesses, a saída de um ou mais membros pode ser benéfica muito mais no sentido de representar uma redução na pressão sobre seus recursos do que por um aumento da renda domiciliar promovido pelas remessas feitas pelos que emigraram.

Para o município de Poté, a perda de mão-de-obra para outros municípios – em sua maioria (73,5%) na faixa etária mais produtiva, ou seja, dos 18 aos 29 – pode vir a tornar ainda mais difícil a recuperação da economia que, como já foi destacado, apresenta fortes sinais de estagnação.

Atingido o objetivo proposto, espera-se que este trabalho cumpra o seu propósito social de explicitar o fenômeno em questão e que colabore para a formulação de políticas públicas que possibilitem a fixação da população do município de Poté, principalmente através da geração de empregos no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANICIO, Luciana Martins. **O imigrante internacional de retorno e sua inserção no mercado de trabalho**: Um Estudo entre as Microrregiões Teófilo Otoni e Poços de Caldas. 2011. Dissertação (Mestrado em Tratamento da Informação Espacial) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BAENINGER, Rosana. Crescimento das cidades: metrópole e interior do Brasil. In: BAENINGER, R. (Org.). **População e Cidade**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.304p.

BRITO, F,; HORTA, C. **Minas Gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população**. X Seminário sobre a Economia Mineira, 2002.

BRITO, Fausto. **O deslocamento da população brasileira para as metrópoles**. Estudos Avançados 20 (57), 2006.

CARRARA, Ângelo Alves. O sertão no espaço econômico da mineração. LPH: **Revista de História**, n. 6. X Encontro Regional de História da ANPUC/MG, 1996.

CROCCO, Marco. SANTOS, Fabiana. SIMÕES, Rodrigo. HORÁCIO, Francisco. Indústria descentralizada: sistemas industriais locais. O arranjo produtivo calçadista de Nova Serrana (MG). **Parcerias estratégicas**, n. 17, setembro, 2003. Belo Horizonte.

CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. Ouro Preto, Minas Gerais. **X Seminário sobre a economia mineira**, 2002.

DELEUSE, G. e GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro:34, 1995, 2 v.

DOMINGUES, Devani. **Dos Estados Unidos da América para Governador Valadares**: Conexões e desconexões. 2008. 121f. Dissertação (Mestrado em

Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

FONSECA, Gildete Soares. Fluxo migratório de Mirabela-MG para Nova Serrana: um retrato de exploração do trabalhador. **Revista Desenvolvimento Social**, n. 06. 2011. www.rds.unimontes.br/index.php/desenv_social/issue. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

FUSCO, W. **Redes sociais na migração internacional**: o caso de Governador Valadares. Dissertação de mestrado em sociologia. Campinas, IFCH, Unicamp, 2000.

GIFFONI, José Marcello Salles. **Trilhos arrancados**: história da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1878-1966). UFMG. p. 307. Tese de doutorado. Belo Horizonte, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Migração e desterritorialização**. In: PÓVOA NETO, Hélio; FERREIRA, Ademir Paccelli. Cruzando fronteiras disciplinares. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005a.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400p.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. Revista eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas - Etc..., espaço, tempo e crítica. No. 2(4).Vol. 1. 2007

LEE. E. S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna, textos selecionados**. Fortaaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 89-114, 722p.

LEWIS, W. A. **Economic development with unlimited supplies of labour**. Manchester School, v. 22, n. 2, maio/1954.

MARANDOLA, Eduardo Jr.; GALLO, Priscila Marchiori Dal. **Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração.** Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, 2010.

MASSEY, D. S. et al. **Teorías sobre lá migración internacional: uma reseña y uma evaluación.** Trabajo, año 2, No. 3, Enero del 2000.

MASSEY, D.S.; ARANGO, J.; HUGO,G; KOUAOUCI, A.; PELLEGRINO,A.; TAYLOR,J.E. **Theories of international migration a review and appraisal.** *Population and development review*, v. 19, n. 3, set/1993, p. 431-466.

MASSEY, Douglas et al. – “The Social organization of migration”, in **Return to Aztlan – the social process of international migration from Western Mexico**, Berkeley, University of California Press, 1990.

MELLO, Nádia Cristina S.; FERNANDES, Duval F.; FILHO, Oswaldo B. A. **MIGRAÇÃO E RE-MIGRAÇÃO, CRESCIMENTO POPULACIONAL LOCAL E IMPLICAÇÕES ESPACIAIS: uma análise preliminar do caso de Nova Serrana-MG.** In: **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia São Paulo – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012.**

OLIVEIRA, Teófilo Carlos. **Missão cristã no Mucuri: desocupação de terras e disciplina para o novo trabalhador mineiro.** In SANTOS, Márcio A. (org.) **As Gerais distantes das Minas: fragmentos da história do Vale do Mucuri.** Teófilo Otoni: s.n. 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RANIS, G.; FEI, J. C. H. A Theory of Economic Development. **The American Economic Review**, v. 51, n. 4, set/1961, p. 533-565.

RAVENSTEIN, E. G. As leis das migrações. In: MOURA, H. A. (Org.) **Migração interna, textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ENTENE, 1980, p. 25-88.

RENAULT, Pierre Victor. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 08, jul.-dez., Belo Horizonte, 1903. p. 1074-1096.

SANTOS, Mauro A.; SUCUPIRA, Daniel B.; MORENO, Luís M. C.; ESPINDOLA, Haruf S.; SILVA, Cristiane A. S. S. **Redes sociais e migrações laborais: análise preliminar do fluxo migratório entre dois municípios de Minas Gerais, Brasil.** In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2014, São Pedro-SP. **Anais do XIX**

Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Rio de Janeiro: ABEP, 2014. v. 1. p. 1-11.

SANTOS, Márcio A. O Vale do Mucuri dentro da ocupação de Minas Gerais e o papel da Companhia do Mucuri. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 434, ano 168, jan/mar 2007. p. 193-218.

SANTOS, Márcio A. **A Filadélfia não sonhada: escravidão no Mucuri do século XIX.** Teófilo Otoni: s.n. 2008.

SANTOS, Márcio A. SOREL, Igor. **Rua Direita versus Rastacoro: dominação e resistências em Teófilo Otoni e região no século XX (1910-1974).** Teófilo Otoni: s.n. 2015.

SANTOS, Mauro Augusto dos. BARBIERI, Alisson Flávio. CARVALHO, José Alberto Magno de e MACHADO, Carla Jorge. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. (Texto para discussão).

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS).** Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Reterritorialização e identidade.** In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (org.). *Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. **Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial.** Caderno Prudentino de Geografia, nº31, vol.1, 2009.

SILVA, Reginaldo. **O impacto do desenvolvimento industrial nas relações culturais em Nova Serrana.** Dissertação de mestrado UEMG, Divinópolis, 2007, 169 p.

SIQUEIRA, Sueli. Emigração e retorno na perspectiva de gênero. In: **Reunião Brasileira de Antropologia**, 2008, Porto Seguro. 26ª RBA Desigualdade na Diversidade. São Paulo: RBA, 2008a.

SIQUERIA, Sueli. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno. Brasil/Estados Unidos.** Belo Horizonte: Argumentvm, 2009. 188 p.

SJAASTAD, L. A. The Costs and Returns of Human Migration. **The Journal of Political Economy**, v. 70, n.5, Part 2: Investment in Human Beings, out/1962, p. 80-93.

STARK, O.; BLOOM, D.E. **The new economics of labor migration**. The American Economic Review, v. 75, n. 2, maio/1985, p. 173-178.

STARK, O.; TAYLOR, J.E. **Relative deprivation and international migration**. Demography, v. 26, n. 1, fev/1989, p. 1-14.

STARK, O.; TAYLOR, J.E. **Migration incentives, migrations types: the role of relative deprivation**. The Economic Journal, v. 101, n. 408, set/1991, p. 1163-1178.
SUZIGAN, Wilson. FURTADO, João. A indústria de calçados de Nova Serrana (MG). **Revista Nova economia**, v. 15, set.-dez, 2015, Belo Horizonte.

TAYLOR, J. E. **Differential Migration, Networks, Information and Risks**. In: STARK, O. (volume editor); Migration, Human Capital and Development. Greenwich, Connecticut, Jai Press Inc., v. 4, 1986, p. 147-171.

TILLY, C. "Transplanted Networks". In Virginia Mclaughlin (ed.) **Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics**, Oxford University Press, New York, 1990.

TODARO, M. P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, H. A. (org.), **Migração interna: textos selecionados**, Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 145-172p.

Anexos

ANEXO 1



Pesquisa: Migração interestadual em Minas Gerais: análise do fluxo migratório entre Poté e Nova Serrana

1. Número do questionário (**NÃO PREENCHER**) 01. [__][__][__][__]
2. Há pessoas que hoje moram em outra cidade ou país, mas que, até o ano de 2003, moravam junto com você? 1. Sim 2. Não (**VÁ PARA A QUESTÃO 27**) 02. [__]
3. Poderia me dar algumas informações sobre essa(s) pessoa(s)? 1. Sim 2. Não (**ENCERRE A ENTREVISTA**) 03. [__]
4. Quantas pessoas moram nesta casa (domicílio) atualmente? _____ pessoas 04. [__][__]

Nr	Qual é o seu nome? (5)	Sexo 1. Mas 2. Fem (6)	Quantos anos ele (a) tem hoje? (7)	Em qual ano ele foi morar fora? 1010. + 10 anos (8)	Estado civil quando na época em que se mudou (ver anexo 1) (9)	Nível de educação completo na época em que se mudou (ver anexo2) (10)	Por que motivo ele deixou a casa e foi morar fora? (11)	Onde ele está morando hoje? (Município/país de residência atual) Se município, colocar a UF Ex: Betim - MG (12)
01			[__][__]	[____][__]		[__][__]	[____]	[____]
02			[__][__]	[____][__]		[__][__]	[____]	[____]
03			[__][__]	[____][__]		[__][__]	[____]	[____]
04			[__][__]	[____][__]		[__][__]	[____]	[____]
05			[__][__]	[____][__]		[__][__]	[____]	[____]
06			[__][__]	[____][__]		[__][__]	[____]	[____]
07			[__][__]	[____][__]		[__][__]	[____]	[____]
08			[__][__]	[____][__]		[__][__]	[____]	[____]

Pesquisa: Migração interestadual em Minas Gerais: análise do fluxo migratório entre Poté e Nova Serrana

Nr	REPETIR AQUI OS NOMBES ANOTADOS NO QUADRO ANTERIOR	(Se migrou para estudar) Ela ainda está estudando 1. Sim 2. Não (13)	(Se a pessoa ainda estuda) Onde ela estuda? (Se a pessoa não estuda mais) Onde ela estudou? Nome do colégio, faculdade ou universidade. (14)	Estado civil atual (ver anexo 1) (15)	Nível de educação completo atual (ver anexo 2) (16)	Em que tipo de atividade ele(a) trabalhava quando migrou? (17)	Em que tipo de atividade ele(a) trabalha atualmente? (18)
01			[] []		[] []	[] []	[] []
02			[] []		[] []	[] []	[] []
03			[] []		[] []	[] []	[] []
04			[] []		[] []	[] []	[] []
05			[] []		[] []	[] []	[] []
06			[] []		[] []	[] []	[] []
07			[] []		[] []	[] []	[] []
08			[] []		[] []	[] []	[] []

Pesquisa: Migração interestadual em Minas Gerais: análise do fluxo migratório entre Poté e Nova Serrana

27. Levando em conta todas as fontes de renda (tais com salários, aluguéis, aposentadorias ou outros benefícios, bicos, etc) e considerando todas as pessoas que vivem nesta casa, qual é aproximadamente a renda total por mês? (**MOSTRAR ANEXO 3**)

01. Menos de meio salário mínimo (menos de R\$394,00)

02. Entre meio e 1 salário mínimo (Entre R\$394,00 e R\$788,00)

03. Entre 1 e 2 salários mínimos (Entre R\$788,00 e R\$1.576,00)

04. Entre 2 e 3 salários mínimos (Entre R\$1.576,00 e R\$2.364,00)

05. Entre 3 e 4 salários mínimos (Entre R\$2.364,00 e R\$3.152,00)

06. Entre 4 e 5 salários mínimos (Entre R\$3.152,00 e R\$3.940,00)

07. Entre 5 e 10 salários mínimos (Entre R\$3.940,00 e R\$7.880,00)

08. Acima de 10 salários mínimos (Acima de R\$7.880,00,00)

77. NS

88. NQR

27. [__|__]

28. A agricultura é a principal fonte de renda da família do(a) senhor(a)?

1. Sim (**VÁ PARA A 28**)

2. Não

28. [__]

29. Qual é a principal fonte de renda de sua família? (**FAÇA ESTA QUESTÃO E ENCERRE A ENTREVISTA**)

29. [__|__]

77 NS 88 NQR

QUESTÕES A SEREM APLICADAS NA ZONA RURAL

30. O senhor já conhece ou ouviu falar do PCPR, Programa de Combate a Pobreza Rural?

1. Sim 2. Não (**VÁ PARA A 31**) 30. [__]

31. O senhor(a), a sua comunidade ou o município já foram de alguma forma beneficiados com este programa?

1. Não (**VÁ PARA A 33.A**)

2. Sim. Apenas eu

3. Sim. Eu e minha comunidade 31. [__]

4. Sim. Eu, minha comunidade e o município

7. NS

8. NQR

32. Que tipos de benefícios foram recebidos?

32. [__|__]

Pesquisa: Migração interestadual em Minas Gerais: análise do fluxo migratório entre Poté e Nova Serrana

Agora vou falar alguns programas do Governo Federal voltados para o desenvolvimento do meio rural e gostaria que o senhor(a) me dissesse se o senhor, sua comunidade ou município já receberam algum tipo de benefício (seja para o senhor, comunidade em que reside ou o município).

Programa	Conhece		Quem foi beneficiado?	
	1. Sim	2. Não	1. Somente ele(a)	7. NS
			2. Ele(a)/Comunidade	8. NQR
			3. Comunidade	
			4. Comunidade/Município	
			5. Todo o município	
Programa Bolsa Família - PBF	33.A [__]		33.B [__]	
Programa Agricultura Familiar - PRONAF	34.A [__]		34.B [__]	
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	35.A [__]		35.B [__]	
Programa Garantia Safra	36.A [__]		36.B [__]	
Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	37.A [__]		37.B [__]	
Programa Acesso à Alimentação	38.A [__]		38.B [__]	
Programa Nacional de Inclusão de Jovens entre 15 e 17 anos - ProJovem Adolescente	39.A [__]		39.B [__]	
Programa de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário	40.A [__]		40.B [__]	
Programa Inclusão Digital - Comunicação	41.A [__]		41.B [__]	
Programa Artesanato Brasileiro - Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal	42.A [__]		42.B [__]	
Rede Nacional de Turismo Rural	43.A [__]		43.B [__]	
Programa Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres	44.A [__]		44.B [__]	
Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais	45.A [__]		45.B [__]	
Programa Desenvolvimento Sustentável da Pesca	46.A [__]		46.B [__]	
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local	47.A [__]		47.B [__]	
Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Saberes da Terra - ProJovem no Campo	48.A [__]		48.B [__]	
Programa Desenvolvimento Sustentável da Pesca	49.A [__]		49.B [__]	

ANEXO 2

PESQUISA SOBRE A MIGRAÇÃO INTERESTADUAL EM MINAS GERAIS: ANÁLISE DO FLUXO MIGRATÓRIO ENTRE POTÉ E NOVA SERRANA

Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – UNIVALE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

- Este termo de consentimento deve ser apresentado e explicado, pelo pesquisador, de maneira individual e em ambiente reservado, para o morador que irá responder ao questionário da pesquisa.
- O morador deve lê-lo e assiná-lo, também em maneira individual e em ambiente reservado.
- Caso a pessoa declare não saber ler, o pesquisador deve lê-lo e explicá-lo na íntegra. Nesse caso, deverá haver uma terceira pessoa presente durante a apresentação do termo de consentimento. Esta pessoa deverá assinar ou rubricar o termo.
- O termo assinado deverá ser entregue para o pesquisador. Uma cópia do consentimento deverá ser oferecida ao morador entrevistado.

OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo deste estudo é o de identificar o perfil do migrante que se desloca do município de Poté para Nova Serrana, levantando as principais motivações do movimento migratório..

PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

As informações serão coletadas a partir de um questionário que será aplicado em lugar tranquilo e que assegure a confidencialidade das informações fornecidas pelo entrevistado.

O tempo gasto para a aplicação do questionário será em torno de trinta minutos, dependendo da extensão das respostas oferecidas pelo participante. Uma vez feito o contato com o morador e o consentimento dado, este poderá marcar a entrevista para a hora e dia que mais lhe aprouver, de forma a garantir segurança e ambiente individualizado. O entrevistado será estimulado a responder as questões que lhe forem feitas, mas terá liberdade para deixar de responder aquelas que não deseje. Além disto, a entrevista também poderá ser

interrompida em qualquer momento que o entrevistado quiser e sua continuação será remarcada para outro dia e horário que o participante decidir, se ele assim o desejar.

CONFIDENCIALIDADE

O questionário será aplicado a cada morador, individualmente, somente na presença do pesquisador e em local reservado. A entrevista é absolutamente voluntária. Se houver alguma questão que o entrevistado não queira responder, passar-se-á para a questão seguinte.

A entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento caso o entrevistado assim o decidir.

O entrevistado deverá ser informado de que todas as suas respostas serão registradas no questionário, e que serão garantidos anonimato e sigilo absoluto por parte dos pesquisadores. As respostas permanecerão confidenciais e nomes não serão associados a elas. Os questionários serão armazenados em local seguro e somente a equipe do projeto terá acesso a este material.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS

O tempo de aplicação do questionário é relativamente longo e esse fato deverá ser colocado para o morador a ser entrevistado na apresentação do termo de consentimento.

Os riscos de que as informações coletadas sejam utilizadas para outros fins que não os da pesquisa, serão evitados pela adoção dos critérios de garantia de confidencialidade descritos acima.

O entrevistado não receberá nenhum tipo de benefício direto por responder ao questionário. Entretanto, estará contribuindo para a realização de uma pesquisa em uma área em que há poucos trabalhos científicos publicados.

DÚVIDAS – PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

Qualquer dúvida poderá ser sanada no momento da entrevista, com o(a) pesquisador(a). Uma cópia do termo de consentimento deverá oferecida para ao entrevistado. Caso a dúvida persista ou caso o entrevistado demande confirmação sobre a seriedade do estudo e de suas intenções, os seguintes contatos deverão ser fornecidos:

Prof. MAURO AUGUSTO DOS SANTOS

UNIVALE

Av. Israel Pinheiro, 2000, sala 1, bloco PVA

Governador Valadares, MG

CEP: 35030-260

Tel.: (33) 3279-5568

Cel.: (33) 8731-5964

Email: profmauroasantos@gmail.com

**PESQUISA SOBRE A MIGRAÇÃO INTERESTADUAL EM MINAS GERAIS:
ANÁLISE DO FLUXO MIGRATÓRIO ENTRE POTÉ E NOVA SERRANA**

Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – UNIVALE

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO
NA PESQUISA**

CONSENTIMENTO

Li todas as informações e tirei todas as dúvidas a respeito da pesquisa. Sei também que a minha participação é voluntária e que posso desistir da entrevista mesmo depois do início, sem que isto me traga qualquer prejuízo pessoal ou de qualquer ordem. Sei também que a minha participação não terá qualquer consequência para mim nas instituições envolvidas na pesquisa.

Por tudo isso, declaro que li este termo de consentimento e concordo em participar da pesquisa respondendo às perguntas do questionário que será aplicado.

Local: _____ Data: ____ / ____ /2015

Nome do participante: _____

Assinatura da participante: _____

Nome do pesquisador: _____

Assinatura da pesquisador: _____

Nome da testemunha: _____

(CASO SEJA NECESSÁRIO)

Assinatura da testemunha: _____